ENSAIO SOBRE A ORIGEM DAS LÍNGUAS

Tradução de Lourdes Santos Machado

Introdução e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado

INTRODUÇÃO

1. CIRCUNSTÂNCIAS DA COMPOSIÇÃO

ESTE ENSAIO, que só foi publicado depois da morte de Rousseau, inclui-se, presumivelmente, entre as obras de seu período inicial de produção. Indicam-no o estilo, a própria organização da matéria e, sobretudo, os assuntos de que trata. Não obstante, os especialistas ainda não conseguiram indicar uma data provável de redação que seja unanimemente aceita.

Vaughan afirma que, ao menos em parte, o Ensaio já estava escrito antes, com certeza, do Discurso sobre a Desigualdade e, talvez, até do primeiro Discurso. Toma, como base para essa inferência, o fato de surgirem no texto elementos que pertencem aos estudos de música originalmente destinados à Enciclopédia. P. M. Masson acredita que o Ensaio não passa de uma das muitas e extensas notas adicionadas, como apêndices, ao segundo Discurso, que, contudo, acabou por assumir proporções e caráter de texto autônomo. Petitain, que iniciou as pesquisas mais aprofundadas sobre a cronologia da produção de Rousseau, data o Ensaio de 1759, porém não justifica tal indicação.

Podemos tomar a data indicada por Petitain como a máxima provável, pois já no ano seguinte estava escrito o Emílio, que se editaria simultaneamente em Amsterdam e Paris, no ano de 1762. Aliás, uma nota, que figura nas primeiras edições do Emílio, faz referências a esse texto, chamando-o de Ensaio sobre o Princípio da Melodia, surgindo o título com que hoje o conhecemos na mesma nota, porém, em edições posteriores. Dificilmente, entretanto, podemos fixar com igual segurança uma data provável mínima. As preocupações musicais de Rousseau duraram longo período de sua vida, vindo a predominar em sua vida intelectual por três vezes: deixando de lado as singularidades da juventude, podemos contar, primeiro, o episódio da nova notação musical, que se resume na Dissertação sobre a Música Moderna e que termina com a viagem a Veneza; depois há o capítulo em que Rousseau

parece destinado a representar, entre os enciclopedistas, o papel de especialista em assuntos musicais (1743-1748) e durante o qual se dá o primeiro e fugaz desentendimento com Voltaire; afinal, vêm os dois anos (1753-1754) que antecedem a concepção do segundo Discurso (e são marcados pela famosa querela entre os adeptos da música francesa e os da italiana) para alcançarem o auge com a publicação rumorosa da Carta sobre a Música Francesa, que teve duas edições no ano de 1753. Caberá escolher um desses períodos para aí localizar a redação do Ensaio. A versão de Vaughan parece bastante verossímil, mas para adotá-la precisaríamos da certeza, que nos falta, de ter o Ensaio saído dos escritos destinados à Enciclopédia, porquanto a hipótese contrária seria igualmente possível. Ademais, a oposição à teoria de Rameau, o alvo preferido dos enciclopedistas, já começara, para Rousseau, no primeiro momento das disputas musicais, com o parecer da Academia sobre seu sistema de notação, e o acompanharia pelo resto de sua vida.

Não obstante, pela análise do texto somos levados a propender por uma data tardia que, se não for a de Petitain, colocar-se-á muito próxima a ela. Há, no Ensaio, indícios, se não concludentes, ao menos capazes de justificar tal inferência. Em primeiro lugar, a própria refutação de Rameau, que, a princípio sem indicação clara de nome, malgrado a transparência das alusões, toma endereço explícito e direto no capítulo XIV e na nota do capítulo XIX, funda-se basicamente na maior ou menor musicalidade natural das línguas, ou seja, em termos muito semelhantes aos da polêmica de 1752-1753 entre "italianos" e "franceses". Mesmo admitindo-se que haja no Ensaio elementos comuns à colaboração musical destinada à Enciclopédia, sente-se que a orientação do texto já sofreu a influência das contendas da moda, negando-se, aliás, Rousseau a endossar os exageros então correntes sobre a "musicalidade" do idioma italiano e, acentuando a menor aptidão da língua francesa para servir à música, volta-se para o problema que considera central: o primado da melodia. Ademais, todo o fundo de interpretações antropológicas e sociais mostra-se muito mais próximo das proposições gerais do segundo Discurso (ao qual pode mesmo servir de texto subsidiário no trabalho dos analistas) do que da teoria, ainda algo incerta, do Discurso inicial. Afinal o desejo de fundir numa só linha interpretativa a transformação do homem pela sociedade, a formação e a evolução das línguas, e o desenvolvimento da expressão musical, revela-nos um Rousseau ainda moço, porém já maduro e coerente, tal como o supomos, com ponderáveis razões biográficas e críticas, ao redigir a primeira versão das Instituições Políticas.

De qualquer modo, permanecerá no terreno das hipóteses mais ou menos fundadas a data em que foi escrito o Ensaio sobre a Origem das Línguas e, portanto, as circunstâncias de sua composição.

2. FONTES E INFLUÊNCIAS

Também aqui não podemos ser muito precisos, porquanto não se pode indicar com segurança as fontes de um texto de história incerta e cujas referências bibliográficas são apenas incidentais. Cabe apenas registrar certas influências evidentes e diretas. Neste caso está, sem dúvida, Condillac, no que respeita ao problema das línguas ou, mais exatamente, ao problema do desenvolvimento da razão humana, que no Ensaio adquire importância básica. Já apontara Jean Morel (Fontes do Discurso sobre a Desigualdade, in Annales de la Société Jean-Jacques Rousseau, 1910) a influência nítida de Condillac no segundo Discurso. Depois Robert Derathé (O Racionalismo de J.-J. Rousseau, Paris, 1948) apontara no Emílio a persistência desses elementos. Não surpreenderá, pois, que reapareçam, mais uma vez, no Ensaio.

Explícitos ou implícitos, encontram-se nos capítulos iniciais do Ensaio aqueles princípios do Emílio, segundo os quais tudo o que a razão possui passou primeiro pelos sentidos, não sendo a razão, em sentido amplo, algo simples ou primário, senão o fruto do entrosamento de todas as demais faculdades do homem, que se processa numa passagem das idéias simples às idéias complexas, isto é, da razão sensitiva ou pueril à razão intelectual ou humana. Não passam, no fundo, da versão dada por Jean-Jacques a certas passagens do Ensaio sobre a Origem dos Conhecimentos Humanos, de Condillac, que se editara em 1746. Ora, o desenvolvimento racional do homem encontra sua expressão mais característica na formação da linguagem.

Até o século XVII, efetivamente, continuava a imperar o mito da língua Adâmica. A referência a uma Idade de Ouro, então transformada em Estado Natural, que se supunha constituir o estágio inicial real da espécie humana, naturalmente levava a cogitar, como fizeram pensadores de grande porte, acerca da língua que teria valido aos homens que povoaram o mundo nessa fase edênica e se comporia de termos que não simbolizavam mas traduziam efetivamente a essência das coisas. Se, pois, no século dezoito Rousseau apareceria para arrancar o conceito de Estado Natural de sua anterior condição mítica e proto-histórica, transformando-o na descrição, evolutiva mas ontogênica, da base fisiológica e instintiva do complexo humano, naturalmente haveria de se interessar pelos que, como Condillac, descreviam a evolução da mente humana partindo de estágios simples e diretamente ligados a fenômenos biológicos — idéias simples que resultariam de simples percepções — para chegar a etapas de maior complexidade — "idéias complexas" resultantes da "reunião ou coleção de várias percepções" —, a fim de chegar à definição final e extensiva do entendimento, ao mesmo tempo que firmavam o termo inicial da evolução das línguas numa base biológica, que corresponderia às

interjeições arrancadas ao aparelho fonador pelos impulsos instintivos mais simples. Como sempre, Rousseau procura sublinhar que, no viver como no falar, o homem só superaria esses modos espontâneos para ascender a formas mais complexas se motivações poderosas a tanto o movessem. E, nessa linha geral de desenvolvimento da mente, da linguagem e da vida humana, insere a evolução da música.

No que respeita ao problema musical, que de forma alguma podemos considerar secundário num texto do qual, ao menos inicialmente, representou o objetivo principal e ostensivo, a grande influência a ser citada é negativa. De fato, para Rousseau, como para todos os enciclopedistas, porém na mais ampla medida que lhe permitia o conhecimento mais aprofundado do assunto, era preciso opor-se a Rameau. Ora, se no exercício da crítica dos espetáculos correntes a oposição se fazia entre a ópera francesa e a italiana, Rameau, que figurava como representante máximo dos "franceses" pela orientação teórica que traçara e pelo constante e aplaudido exercício da criação, deveria representar o alvo da predileção do partido oposto, não só pela sua qualidade de chefe de um dos grupos em luta, senão, e principalmente, por ser o autor de tratados teóricos de singular significação. Eram, pois, os escritos de Rameau sobre a harmonia os elementos que Rousseau tinha sob os olhos cada vez que escrevia sobre música.

Não obstante, em que pese o alcance das idéias de Rousseau sobre a música e as línguas — relativo no primeiro caso e assaz considerável no segundo —, o Ensaio sobre a Origem das Línguas é peça substancial, embora de função subsidiária, para a compreensão das idéias — estas, originais e decisivas — de Rousseau sobre o homem e a sociedade. Os dois Discursos, principalmente o segundo deles, assumem mais ampla e clara significação quando completados com a parte inicial deste Ensaio, enquanto boa parte do Emílio, como indica o próprio autor, depende da boa inteligência do processo de desenvolvimento do intelecto individual, acerca do qual há no Ensaio indispensáveis indicações. Sem a devida penetração dos Discursos e do Emílio, sempre se entenderá menos completamente o Contrato Social, como acontece, infelizmente, com certa freqüência. Tais são, aliás, as razões que justificam a inclusão do Ensaio, neste volume da edição brasileira das obras de Rousseau, entre os escritos comumente chamados de políticos.

Neste sentido, dispensamo-nos de repetir, acerca de fontes e influências, o que já dissemos a propósito dos demais textos políticos. Dos viajantes, como Chardin, aos filósofos, como Platão e Montaigne, valem aqui a Rousseau os mesmos autores e livros de que anteriormente já se servira. Se, por vezes, sua posição em face desses inspiradores positivos ou negativos parece agora mais caracterizada, tal como acontece indubitavelmente com a oposição a

Hobbes, tais variantes confirmarão o quanto operaram tais influências e, pois, o papel que tiveram na formação do pensamento de Rousseau.

3. RESENHA ANALÍTICA

Distinguem-se no Ensaio três partes bem caracterizadas e correspondendo a três interesses bem definidos: a) a origem da linguagem — estudo da necessidade de comunicação no homem natural; b) diferenciação das línguas — estudo da evolução dos grupos humanos e dos meios de expressão; c) estudo particular das questões musicais relacionadas com a evolução lingüística e social. Quanto ao último capítulo, cuja importância desejamos sublinhar expressamente, parece constituir caso à parte, embora logicamente ligado às duas partes iniciais, como se mostrará mais adiante.

A. ORIGEM DA LINGUAGEM

É a diferenciação das línguas que dá interesse e conteúdo à pesquisa de sua origem. Eis por que o Ensaio se inicia (cap. I) assinalando que a linguagem diferencia o homem entre os seres vivos, enquanto os homens entre si se distinguem pela variedade das línguas — "não se sabe de onde é um homem antes de ter falado". Por que causas semelhantes terão levado os homens a resultados tão diferentes? Rousseau começa por traçar uma hipótese explicativa única para demonstrar como todos os homens, por sua condição, precisaram servir-se da palavra.

A necessidade de comunicar-se com o semelhante pode ser satisfeita tanto pelo movimento (gesto) quanto pela voz (palavra), mas a comunicação sonora não se impõe forçosamente. Há signos mudos (símbolos desligados de palavras) poderosamente eloqüentes. "Assim se fala aos olhos muito melhor do que aos ouvidos", ao menos quando se trata de exprimir sentimentos simples. Por isso, pode-se imaginar que "se sempre conhecêssemos tão-só necessidades físicas bem poderíamos jamais ter falado".

Não falamos porque sejamos mais aptos para isso do que os outros animais, nem tampouco apenas para exprimir as mesmas necessidades físicas que são comuns a eles e a nós. Se, em maior ou menor proporção, todos os seres vivos se comunicam, "a língua de convenção só pertence ao homem, e esta é a razão por que o homem progride, seja para o bem ou para o mal, e por que os animais não o conseguem".

Distingamos, pois, no homem considerado em estado natural, as necessidades que "ditaram os primeiros gestos" das paixões que "arrancaram as primeiras vozes" (cap. II). Não se creia que o desenvolvimento das línguas seja racional, geométrico, porquanto de sua essência resulta o serem vivas e figuradas. "Não se começou raciocinando, mas sentindo"; enquanto as ne-

cessidades físicas opunham os homens, as necessidades morais, as paixões, aproximavam-nos, suscitando a linguagem que, forçosamente, seria figurada (cap. III). Supondo-o assim (cap. IV), a primeira língua se comporia de combinações de sons simples que, além do arranjo sonoro, ainda conheceriam a diversificação do tempo e da qualidade, criando expressões capazes de proteger as paixões que se quer comunicar. Poucas consoantes, bastantes apenas para evitar os hiatos, imensa fartura de sons e acentos, largo recurso à onomatopéia fariam dessa língua inicial algo mais próximo da música do que da linguagem de que nos valemos em nossa condição atual. Eis por que o Crátilo platônico, bem compreendido, está longe de ser ridículo.

Nessa hipótese evolutiva, pode-se avançar ainda um passo, pois parece natural o progresso que irá multiplicando as consoantes, em prejuízo das inflexões, numa transição da língua passional à racional (cap. V). Rousseau não se contenta, contudo, com a explicação hipotética — em tudo conforme com seu método genético. No caso particular das línguas, pode oferecer-nos uma comprovação objetiva, válida ao menos para um largo período do desenvolvimento das línguas e que encontra, na escrita, documentos de importância singular.

À escrita ficou realmente reservada a função de registrar boa parte da evolução da língua, sendo três as principais maneiras de escrever que se conhecem:

- a) representar, não os sons, mas os próprios objetos, seja diretamente (antigos mexicanos), seja alegoricamente (antigos egípcios);
 - b) representar as palavras por caracteres convencionais (chineses);
- c) representar as partes elementares das palauras, sejam vogais, sejam articuladas, para depois combiná-las em vocábulos.

"Esses três modos de escrever correspondem, exatamente, aos três diferentes estados em que se pode considerar os homens reunidos em nações": povos selvagens, povos bárbaros e povos policiados. Não se creia, contudo, que a arte de escrever dependa da arte de falar — sua evolução prende-se a outras necessidades que são, sobretudo, de precisão e clareza. Inevitavelmente, pois, a escrita altera a língua, tirando-a do domínio da paixão desejosa de exprimir-se para entregá-la à força e à clareza da razão. Eis por que só quando os gregos já escreviam suas poesias é que puderam sentir todo o encanto da composição puramente verbal dos poemas homéricos (cap. VI).

Consequentemente, nas línguas modernas procura-se, em pura perda, qualquer acento real, isto é, musical, pois nelas só se encontra o acento prosódico e o vocal, acrescentando-se, ainda, o acento gráfico que, malgrado frequentes confusões, nada tem de comum com aqueles (cap. VII). A acentuação surge exatamente quando desaparecem os acentos — as velhas línguas, faladas por nós, não seriam entendidas pelos que delas se serviram corren-

temente. Por outro lado, nenhuma música há nas línguas modernas e, quando falamos de sua musicalidade, apenas indicamos sua maior ou menor aptidão para serem aproveitadas na composição musical. Tal é o caso até mesmo do italiano.

B. DIFERENCIAÇÃO DAS LÍNGUAS

Iniciando o oitavo capítulo do Ensaio, reconhece Rousseau que até então só cuidou das línguas primitivas em geral e de sua evolução no tempo. Resta-lhe, pois, um segundo desenvolvimento teórico para explicar a evolução complementar, porém possivelmente simultânea, que levou os homens a diferentes línguas. A explicação terá fundamento nitidamente mesológico-comparativo. Se o erro comum dos europeus está em só considerar seu próprio caso, "para estudar o homem, importa que a vista alcance mais longe; impõe-se começar observando as diferenças para descobrir as propriedades". Por isso dedicará dois capítulos especiais (IX e X) à análise da formação e diferenciação das línguas meridionais e das línguas do norte.

Aqui voltamos, sem dúvida, ao mesmo clima teórico de outros escritos ao tratarem das "sociedades nascentes". A precedência dada ao sul explica-se, aliás, assim: nos climas quentes, as condições físicas tornam mais viável o isolamento em que inicialmente viviam os homens. Se impulsos básicos levam-nos à reprodução e mesmo ao pequeno grupo biológico dela resultante, faltava o verdadeiro convívio social que provoca a comparação com situações semelhantes, fonte da reflexão que, em si mesma, é a comparação de uma pluralidade de idéias. Daí a barbárie dos primeiros homens: "Sempre vendo tão-só o que estava à sua volta, nem mesmo isso conheciam nem sequer conheciam a si próprios. Tinham a idéia de um pai, de um filho, de um irmão, porém não a de um homem". Daí sua aspereza natural: "Tudo que conheciam lhes era caro. Inimigos do resto do mundo, que não viam e ignoravam, odiavam-se porque não podiam conhecer-se".

Concebendo uma Idade de Ouro, que não é a dos jusnaturalistas, porque nela não há uma reunião natural e pacífica dos homens, e também não é a de Hobbes, pois o estado de guerra é apenas eventual no isolamento necessário, Rousseau propende a crer que, então, a atividade produtiva seria a do pastoreio e a da caça — a agricultura exige a expansão da posse, e, ao mesmo tempo, sua defesa. Se, pois, passa em exame exemplos do estágio patriarcal bíblico, é para mostrar quanto nele ainda se está longe duma verdadeira e completa sociedade, porém ainda assim não se esquece de que essa fase "está bem longe da primeira idade". Para sair da rudeza bárbara, depois que a evolução da atividade levou os caçadores à guerra e à conquista, e os pastores à fixação e à paz, viria um desenvolvimento agrícola. "O selvagem é caçador; o bárbaro,

pastor; o homem civilizado, agricultor." De tal sorte, a interpretação mesológica se reforça pelo paralelismo sócio-econômico.

Se, pois, necessidades afastam os homens, novas necessidades os reunirão. Para que estas surjam, operam-se "acidentes da natureza", sejam cataclismáticos, sejam simplesmente cíclicos como as estações em sua sucessão. A fogueira ou a fonte, recursos simples na luta contra a natureza, são também lugares de reunião. "Aí se formaram os primeiros laços de família e aí se deram os primeiros encontros entre os dois sexos." E da reunião nasce a necessidade de se comunicarem, isto é, a linguagem desenvolvida. Que, no Sul, se ligou substancialmente ao prazer e, pois, se fez de acentos sedutores até que novas alterações levassem o homem a só pensar em si mesmo.

Já o Norte é região de vida dura, que seleciona os homens mais fortes — ou seja: as vozes mais ásperas — e lhes impõe o dever de uma constante atividade — isto é, de expressões secas e diretas. A língua nasce de uma constante carência e não do amor e da ternura. É a linguagem "da cólera e das ameaças, e essas vozes sempre se acompanham de articulações fortes, que as tornam ásperas e estridentes". Assim se marcam "as causas físicas mais gerais da diferença característica das línguas primitivas", que hoje ainda caracterizam "as línguas modernas, centenas de vezes misturadas e refundidas".

C. A QUESTÃO DA MÚSICA

Claro fica que, inicialmente, as línguas meridionais eram por natureza musicais, ou melhor: faziam-se com a própria música. E, também, que essa música, formada naturalmente, era pura melodia. Muito provavelmente tais atributos ainda se discerniam na língua e na música dos gregos (cap. XII). A melodia é, pois, essencial à música, como o desenho a uma pintura — o que leva Rousseau a figurar uma hipótese sobre a arte não-figurativa, verdadeiramente profética, que não cabe porém na ordem de nossas cogitações. Seu principal objetivo, nestes capítulos dedicados à música e também eles algo afastados de nosso interesse principal, é caracterizar a harmonia como uma racionalização da criação sonora que, por mais legítima que seja, sempre tende a abafar a invenção melódica, ou seja, o que de musical há na música e o que de sentimental e natural há nas suas expressões (cap. XIV). É a polêmica contra Rameau que, de tal sorte, acaba por estabelecer-se francamente e, como convinha à querela em curso, pôr-se em direta relação com as línguas, observadas as características temperamentais destas. Trata-se de deixar bem claro que o simples estímulo das sensações, por mais calculado que seja, não atinge o objetivo maior da comunicação musical, que é de despertar, por via de sensações estimuladas, impressões morais (cap. XV). Desatendendo à natureza temporal da música (cap. XVI) e aproximando-se perigosamente da mera sensação física (cap. XVII), os músicos atentam contra sua própria arte: "Deixou já de falar e logo não cantará mais; então, com todos os seus acordes e toda a sua harmonia, não terá mais efeito algum sobre nós".

Todas as alegações eruditas, como as referências descabidas à música grega (cap. XVIII), de nada valerão para deter a degenerescência da música moderna que, comprometida pela antimusicalidade dos bárbaros durante toda a Idade Média, encontrará o termo final na racionalização, isto é, na harmonização, inimigo mortal da melodia (cap. XIX).

D. O CAPÍTULO FINAL

Já as primeiras palavras do capítulo XX denunciam que ele não se liga diretamente aos que o precedem. De fato, as palavras iniciais — tais progressos... — não se referem especificamente aos progressos, aliás funestos, da música, de que se acaba de falar, senão diretamente às transformações da língua, de que se tratou até o capítulo XI. Há base, pois, para inferir-se ou que Rousseau haja inserido suas observações musicais num texto anteriormente preparado para explicar a evolução das línguas (e, então, a hipótese de P. M. Masson cresce de importância), ou que o texto, concebido e atacado como um todo, por qualquer razão permaneceu privado de alguns capítulos anteriores ao que conclui a versão de que hoje dispomos.

De qualquer forma, esse vigésimo capítulo é um esboço precioso dos desenvolvimentos que, no final, deixa vislumbrar com a frase de Duclos, inter-relação sobre a língua-sociedade, não apenas no sentido evolutivo, que de qualquer modo ficou bastante explícito nas duas porções iniciais do Ensaio, senão também no sentido daquela alienação da natureza humana submetida à deformação trazida pelas anomalias da sociedade policiada ao cair sob o despotismo. É o que nos permitem supor os quatro parágrafos do capítulo XX.

De fato, se a vida em sociedade transfigurou e alterou o sentido primeiro e natural da linguagem, tirando-lhe quase tudo da comunicação sentimental e moral, para dar-lhe apenas precisão e clareza, um segundo passo, ainda mais funesto, aqui fica assinalado: quando não há liberdade, a língua se torna inútil. Realmente, se o homem tudo perde quando perde a liberdade, não há por que pretender reservar-se a comunicação com os semelhantes quando suas relações são ditadas do alto. A eloquência, comunicação entre os cidadãos sobre matéria de interesse comum, esvazia-se de sentido e função. Restariam os sermões, isto é, a eloquência em solilóquio e ditada pela autoridade, porém até mesmo a forma deturpada deixa de ser útil em relação ao povo, do qual afinal para nada depende. E, consequentemente, a linguagem, permanecendo em função secundária e apenas para contatos sem grandes consequências, já não conhece um verdadeiro cultivo; "no sussurro dos sofás", no púlpito, na

OS PENSADORES

voz de "um acadêmico que, num dia de assembléia pública, lê uma memória" sem nenhuma repercussão, resume-se a vida desse instrumento que o homem conquistou e desenvolveu para mais ligar-se aos outros homens.

Eis como se torna evidente e decisiva a importância do Ensaio sobre as Línguas no desenvolvimento da teoria política de Jean-Jacques Rousseau.

ENSAIO SOBRE A ORIGEM DAS LÍNGUAS

NO QUAL SE FALA DA MELODIA E DA IMITAÇÃO MUSICAL*

CAPÍTULO I

Dos Vários Meios de Comunicar nossos Pensamentos

A PALAVRA DISTINGUE os homens entre os animais;¹ a linguagem, as nações entre si — não se sabe de onde é um homem antes de ter ele falado. O uso e a necessidade levam cada um a aprender a língua de seu país, mas o que faz ser essa língua a de seu país e não a de um outro? A fim de explicar tal fato, precisamos reportar-nos a algum motivo que se prenda ao lugar e seja anterior aos próprios costumes, pois, sendo a palavra a primeira instituição social,² só a causas naturais deve a sua forma.

Desde que um homem foi reconhecido por outro como um ser sensível, pensante e semelhante a ele próprio, o desejo ou a necessidade de comunicar-lhe seus sentimentos e pensamentos fizeram-no buscar meios para isso. Tais meios só podem provir dos sentidos, pois estes constituem os únicos instrumentos pelos quais um homem pode agir sobre outro. Aí está, pois, a instituição dos sinais sensíveis para exprimir o pensamento. Os inventores da linguagem não desenvolveram esse raciocínio, mas o instinto sugeriu-lhes a conseqüência.³

1 Pelo Discurso sobre a Desigualdade sabemos, primeiro, que não é tanto pelo entendimento que os homens se distinguem dos animais, senão pela sua qualidade específica de homem: a capacidade de se aperfeiçoar tanto individualmente quanto como espécie. Fiel à lição de Montaigne, Rousseau opõe-se à unanimidade dos seus contemporâneos, para os quais o homem se caracteriza como m "animal racional". Aqui, se a faculdade da palavra é apontada como traço distintivo, logo se patenteará sua pequena importância, para tornar mais evidente a função da linguagem que, essa, é um dos aperfeiçoamentos típicos do homem. (N. de L. G. M.)

2 Instituição social, porque, na formação da linguagem, interessa menos a aptidão fisiológica para emitir e articular sons do que a necessidade de comunicação que leva o homem a utilizar essa possibilidade para desenvolver as palavras. É o que se lerá a seguir, sendo de sublinhar que Rousseau não trepida e chega aos extremos de suas hipóteses quando coloca o gesto em posição equivalente à da palavra enquanto meio de comunicação, para depois apontar a razão da preferência pela linguagem falada. (N. de L. G. M.)

3 Supõe-se aqui o homem em um nível de existência extremamente singelo — vive sozinho, embora

Limitam-se a dois os meios gerais por via dos quais podemos agir sobre os sentidos de outrem: o movimento e a voz. A ação do movimento pode ser imediata, no tato, ou mediata, no gesto. A primeira, encontrando seu limite no comprimento do braço, não pode transmitir-se a distância, mas a outra alcança tão longe quanto o raio visual. Restam, pois, somente a vista e o ouvido como órgãos passivos da linguagem entre homens dispersos.

Apesar de serem a linguagem do gesto e a da voz igualmente naturais, a primeira, todavia, parece mais fácil e depende menos de convenções, porquanto um maior número de objetos impressiona antes nossos olhos do que nossos ouvidos, e as figuras apresentam maior variedade do que os sons, mostrando-se também mais expressivas e dizendo mais em menos tempo. O amor, dizem, foi o inventor do desenho; pôde também inventar a palavra, porém com menor felicidade. Pouco satisfeito com ela, despreza-a; possui maneiras mais vivas para se exprimir. Quanto dizia a seu amante aquela que com tanto prazer traçava a sua sombra! Que sons poderia empregar para traduzir esse movimento do braço?

Nossos gestos nada significam além de nossa inquietação natural, mas não é desses gestos que desejo falar. Só os europeus gesticulam quando falam; dir-se-ia que toda a força de sua linguagem reside nos braços, e acrescentam-lhe ainda a dos pulmões, de nada lhes servindo tudo isso. Enquanto um francês se agita e martiriza o corpo dizendo muitas palavras, um turco tira por um momento o cachimbo da boca, diz a meia-voz duas palavras e esmaga-o com uma sentença.

Depois que aprendemos a gesticular, esquecemo-nos da arte das pantomimas, pelo mesmo motivo por que, possuindo muitas belas gramáticas, não entendemos mais os símbolos dos egípcios. O que os antigos diziam com maior vigor não exprimiam com palavras mas com sinais. Não o diziam, mostravam-no.¹

Abri a História antiga e a encontrareis cheia desses meios de convencer os olhos, que nunca deixam de produzir efeito mais seguro do que o de todos os discursos que se poderiam colocar em seu lugar. O objeto oferecido antes da palavra acorda a imaginação, excita a curiosidade, mantém o espírito em suspenso e na expectativa do que

venha a ter contatos com os semelhantes. Em tais condições, não se necessita explicar o uso da palavra nem pela razão nem por um impulso inato, pois estamos em face de um fenômeno de "vivência"; a possibilidade oferecida pela constituição do homem vale à necessidade trazida pelo contato com outro homem. (N. de L. G. M.)

se vai dizer. Observei que os italianos e os provençais, entre os quais comumente o gesto precede o discurso, encontram assim um meio de se fazer ouvir melhor e até com mais prazer. Entretanto, a linguagem mais expressiva é aquela em que o sinal diz tudo antes que se fale. Tarqüínio, Trasíbulo, decepando os botões de papoula, Alexandre apondo seu selo à boca do favorito, Diógenes passeando diante de Zenão, não falavam melhor do que com palavras? Qual o conjunto de palavras que teriam exprimido tão bem as mesmas idéias? Dario, com seu exército na Cítia, recebe do rei dos citas uma rã, um pássaro, um rato e cinco flechas. O mensageiro entrega silenciosamente o presente e parte. O terrível discurso foi compreendido, e Dario só se preocupou em alcançar, com a maior rapidez possível, o seu país. Substituí esses sinais por uma carta — quanto mais ameaçadora for, menos intimidará. Não passaria de uma fanfarronada, da qual Dario só teria de rir.

Quando o levita Efraim¹ quis vingar a morte de sua mulher, não escreveu às tribos de Israel; dividiu-lhe o corpo em doze pedaços que enviou a elas. À horrível visão, empunharam rapidamente as armas, gritando todos a uma só voz: Não! nunca tal coisa aconteceu em Israel, desde o dia em que nossos pais saíram do Egito até hoje. E a tribo de Benjamim foi exterminada.²

Em nossos dias, o assunto, transformado em arrazoados, em discussões, até mesmo em brincadeiras, arrastar-se-ia, e permaneceria impune o mais tremendo dos crimes. O rei Saul, voltando da lavoura, também despedaçou os bois de seu arado e serviu-se de um sinal semelhante para fazer Israel socorrer a cidade de Jabés. Os profetas dos judeus, os legisladores dos gregos, oferecendo freqüentemente ao povo objetos visíveis, falavam-lhe melhor com esses objetos do que o teriam feito com longos discursos, e o modo pelo qual Ateneu conta como o orador Hipérides fez absolver a cortesã Frinéia, sem alegar em sua defesa uma única palavra, constitui ainda uma eloqüência muda, cujo efeito, em todos os tempos, não é raro.³

Assim se fala aos olhos muito melhor do que aos ouvidos. Não há uma só pessoa que não reconheça a verdade do juízo de Horácio a tal respeito. Compreende-se mesmo que os discursos mais eloqüentes são aqueles em que se introduz o maior número de imagens e os sons nunca possuem maior energia do que quando fazem o efeito das cores.

Em síntese, o meio expressivo em si mesmo nada vale — depois de ter servido para transmitir os símbolos das coisas e das ações, pode esvaziar-se de conteúdo e permanecer como algo inteiramente inócuo, como seja a gesticulação. (N. de L. G. M.)

Desse episódio bíblico ("Juízes", 19 a 21) Rousseau tirara um breve poema em prosa, pelo qual sempre demonstrou particular carinho. (N. de L. G. M.)

² Restaram somente seiscentos homens, sem mulheres e filhos. (N. do A.)

Apresentando-a nua aos juízes. (N. de L. G. M.)

Temos coisa totalmente diversa, contudo, quando se trata de comover o coração e inflamar as paixões. A impressão sucessiva do discurso, que impressiona por meio de golpes redobrados, proporciona-vos emoção bem diversa da causada pela presença do próprio objeto, diante do qual, com um só golpe de vista, tudo já vistes. Suponde uma situação de dor perfeitamente conhecida — vendo a pessoa aflita, dificilmente vos comovereis até o pranto; dai-lhe, porém, tempo para dizer-vos tudo que sente e logo vos desmanchareis em lágrimas. Assim as cenas de tragédia conseguem efeito.1 Somente a pantomima, sem o discurso, deixar-vos-á quase tranquilo e o discurso, sem o gesto, arrancar-vos-á lágrimas. As paixões possuem seus gestos, mas também suas inflexões, e essas inflexões que nos fazem tremer, essas inflexões a cuja voz não se pode fugir, penetram por seu intermédio até o fundo do coração, imprimindo-lhe, mesmo que não o queiramos, os movimentos que as despertam e fazendo-nos sentir o que ouvimos. Concluamos que os sinais visíveis tornam a imitação mais exata e que o interesse melhor se excita pelos sons.²

Inclino-me, por isso, a pensar que, se sempre conhecêssemos tão-só necessidades físicas, bem poderíamos jamais ter falado, e entender-nos-íamos perfeitamente apenas pela linguagem dos gestos.³ Poderíamos ter estabelecido sociedades, pouco diversas do que são hoje, ou que alcançassem até melhor o seu objetivo. Teríamos podido instituir leis, escolher chefes, inventar artes, estabelecer o comércio e, numa palavra, fazer quase tantas coisas quantas fazemos com o auxílio da palavra. A língua epistolar dos "salames" transmite, sem temor dos ciumentos, os segredos da galantaria oriental para o interior dos

1 Em outro trecho, expliquei por que as infelicidades fingidas nos tocam bem mais do que as verdadeiras. Uma pessoa pode soluçar ouvindo uma tragédia e nunca, durante toda a vida, sentir piedade por um infeliz. O teatro se presta admiravelmente para enobrecer nosso amorpróprio com todas as virtudes que não possuímos. (N. do A.)

Aqui se esboça uma teoria psicológica da comunicação e, aparentemente, uma estética baseada na imitação, cabendo, por isso mesmo, lembrar que no pensamento de Rousseau as paixões constituem a mais direta expressão natural do homem e, correspondentemente, as inflexões emocionais importam mais do que a significação racional das palavras. Assim, o caráter imitativo da arte acaba por passar para segundo plano, prevalecendo a comunicação emotiva e, portanto, ganhando a palavra falada um valor que não possuem os símbolos puramente visuais. (N. de L. G. M.)

3 Desenvolvendo as afirmações anteriores (ver nota nº 3, supra) chegamos agora à convicção de que as simples necessidades físicas, isto é, individuais, dispensariam a palavra, que, pois, como se dizia no início do Ensaio, tem sua origem nas necessidades mais complexas que resultam do convívio com os semelhantes — defrontamos uma convenção social. O trecho é, contudo, complexo e de difícil interpretação, pois nele se admite que o homem natural viva em grupo — são, porém, agrupamentos "naturais", resultantes diretos dos impulsos biológicos, algo mais complexos, porém da mesma natureza dos grupos animais. Não obstante, nesta passagem, Rousseau encarece o valor da simbólica em si, distinguindo-a do instrumento de simbolização. (N. de L. G. M.)

Os "salames" são multidões de coisas as mais comurs, como uma laranja, uma fita, um pedaço de carvão etc., cujo envio possui um sentido conhecido de todos os amorosos nas regiões onde se usa tal língua. (N. do A.)

haréns mais bem guardados. Os mudos do sultão se entendem entre si e compreendem por sinais tudo o que se lhes diz, tão bem quanto se poderia dizer-lhes por meio do discurso. O Sr. Pereyra¹ e todos aqueles que, como ele, ensinam os mudos não somente a falar mas também a saber o que dizem, vêem-se forçados a ensinar-lhes, antes, uma outra língua, não menos complicada, por meio da qual possam fazer com que entendam aquela.

Chardin² conta que, nas Índias, os mensageiros, um segurando a mão do outro e modificando as pressões de um modo que ninguém pode perceber, tratam assim, publicamente mas em segredo, de todos os negócios sem dizer uma só palavra. Suponde esses mensageiros cegos, surdos e mudos — não se entenderiam menos bem, mostrando tal fato que, dos dois sentidos pelos quais somos ativos, um só bastaria para formar-nos uma linguagem.

Parece, ainda pelas mesmas observações, que a invenção da arte de comunicar nossas idéias depende menos dos órgãos que nos servem para tal comunicação do que de uma faculdade própria do homem, que o faz empregar seus órgãos com esse fim e que, caso lhe faltassem, o fariam empregar outros órgãos com o mesmo fim. Dai ao homem uma organização tão grosseira quanto possais imaginar: indubitavelmente, adquirirá menos idéias, mas, desde que haja entre ele e seus semelhantes qualquer meio de comunicação pelo qual um possa agir e o outro sentir, acabarão afinal por comunicar todas as idéias que possuem.³

Os animais dispõem, para essa comunicação, de uma organização mais do que suficiente e jamais qualquer deles utilizou-a. Com o que, segundo me parece, se firma uma diferença muito característica. Aqueles animais que trabalham e vivem em comum, como os castores, as formigas e as abelhas, possuem — não duvido — alguma língua natural para se comunicarem entre si. Há mesmo razão para crer-se que

¹ Em 1760, o espanhol Jacob Rodríguez Pereyra foi chamado a Paris, e aí passou a viver como pensionista real. Impressionado com sua atividade reeducativa, Buffon louvou-o no capítulo da História Natural do Homem dedicado ao sentido da audição. (N. de L. G. M.)

² Trata-se do mesmo Chardin, autor das Vingens e especialmente da Vingen à Pérsia, que já conhecemos de citações em outros textos (v., por ex., nota j ao Discurso sobre a Desigualdade). Convém registrar que no Dicionário de Música também surgem fartas referências a essa mesma fonte, que assim se torna um ponto de reparo para as hipóteses sobre a data em que se escreveu este Ensaio. (N. de L. G. M.)

³ Concluindo anteriores desenvolvimentos, aqui se rejeita em definitivo qualquer explicação meramente fisiológica da comunicação pela linguagem. Assim se afirma a origem social da linguagem, tal como hoje a aceitam a psicologia e a sociologia atuais (v. Ernst Cassirer: Ensaio sobre o Homem, Nova York, 1953). Embora se sigam, na passagem, alguns equívocos de ordem zoológica, não chegam eles a invalidar a afirmação básica — "a língua de convenção só pertence ao homem". (N. de L. G. M.)

a língua dos castores e a das formigas se compõem de gestos, falando somente aos olhos. De qualquer modo, justamente por serem naturais, tanto uma quanto outra dessas línguas não são adquiridas: os animais, que as falam, já as possuem ao nascer; todos as têm e em todos os lugares são as mesmas, absolutamente não as mudam e nelas não conhecem nenhum progresso. A língua de convenção só pertence ao homem e esta é a razão por que o homem progride, seja para o bem ou para o mal, e por que os animais não o conseguem. Essa distinção, por si só, pode levar-nos longe. Dizem que se explica pela diferença de órgãos. Gostaria de conhecer tal explicação.

CAPÍTULO II

De como a Primeira Invenção das Palavras não Vem das Necessidades, mas das Palxões

Pode-se, pois, crer que as necessidades ditam os primeiros gestos e que as paixões arrancaram as primeiras vozes. Seguindo a trajetória dos fatos com base nessas distinções, seria talvez preciso raciocinar sobre a origem das línguas de um modo totalmente diverso do que se fez até hoje. O gênio das línguas orientais, as mais antigas que conhecemos, desmente por completo a marcha didática que se imagina para a sua composição. Essas línguas nada possuem de metódico e raciocinado; são vivas e figuradas. Apresentam-nos a linguagem dos primeiros homens como línguas de geômetras e verificamos que são línguas de poetas.¹

Assim devia ser. Não se começou raciocinando, mas sentindo. Pretende-se que os homens inventaram a palavra para exprimir suas necessidades; tal opinião parece-me insustentável. O efeito natural das primeiras necessidades² consistiu em separar os homens e não em aproximá-los.³ Era preciso que assim acontecesse para que a espécie acabasse por esparramar-se e a terra se povoasse com rapidez, pois sem isso o gênero humano ter-se-ia amontoado num canto do mundo e todo o resto ficaria deserto.

Daí se conclui, por evidência, não se dever a origem das línguas às primeiras necessidades dos homens; seria absurdo que da causa

¹ Não se deve tomar esta afirmação — tão admiravelmente formulada — como uma expressão do alegado anti-racionalismo de Rousseau, senão como uma inferência baseada em dados históricos. (N. de L. G. M.)

Mais exatamente: das necessidades físicas instintivas, como a seguir ficará claro. (N. de L. G. M.)
 Há, aqui, uma clara ressonância de Hobbes, embora logo depois adquira inesperada extensão finalista. (N. de L. G. M.)

que os separa resultasse o meio que os une. Onde, pois, estará essa origem? Nas necessidades morais,¹ nas paixões. Todas as paixões aproximam os homens, que a necessidade de procurar viver força a separarem-se. Não é a fome ou a sede, mas o amor, o ódio, a piedade, a cólera, que lhes arrancaram as primeiras vozes. Os frutos não fogem de nossas mãos, é possível nutrir-se com eles sem falar; acossa-se em silêncio a presa que se quer comer; mas, para emocionar um jovem coração, para repelir um agressor injusto, a natureza impõe sinais, gritos e queixumes. Eis as mais antigas palavras inventadas, eis por que as primeiras línguas foram cantantes e apaixonadas antes de serem simples e metódicas. Tudo isso não será indistintamente verdadeiro, porém dentro em pouco voltarei ao assunto.

CAPÍTULO III

DE COMO A PRIMEIRA LINGUAGEM TEVE DE SER FIGURADA

COMO OS PRIMEIROS motivos que fizeram o homem falar foram paixões, suas primeiras expressões foram tropos. A primeira a nascer foi a linguagem figurada e o sentido próprio foi encontrado por último. Só se chamaram as coisas pelos seus verdadeiros nomes quando foram vistas sob sua forma verdadeira. A princípio só se falou pela poesia, só muito tempo depois é que se tratou de raciocinar.

Bem sei que, neste ponto, o leitor me interromperá e me perguntará como pode uma expressão ser figurada antes de ter um sentido próprio, se a figura consiste na translação do sentido. Concedo-o; mas, para me compreenderem, será preciso substituir a palavra que transpomos pela idéia que a paixão nos oferece — só se transpõem as palavras porque se transpõem também as idéias, pois de outro modo a linguagem figurada nada significaria. Respondo, portanto, com um exemplo.

Um homem selvagem, encontrando outros, inicialmente terse-ia amedrontado. Seu terror tê-lo-ia levado a ver esses homens maiores e mais fortes do que ele próprio e a dar-lhes o nome de gigantes. Depois de muitas experiências, reconheceria que, não sendo esses pretensos gigantes nem maiores nem mais fortes do que ele, à sua estatura não convinha a idéia que a princípio ligara à palavra gigante. Inventaria, pois, um outro nome comum a eles e a si próprio, como, por exemplo, o nome homem e deixaria o de gigante para o falso objeto que o impressionara durante sua ilusão. Aí está como a palavra figurada nasce, antes da própria, quando a paixão nos fascina os olhos e a primeira idéia que nos oferece não é a da verdade. O que disse a respeito das palavras e dos nomes aplica-se sem dificuldade aos torneios de frases. Apresen-

¹ Tais necessidades já derivam de um contato com os semelhantes, de um primeiro rudimento de vida social. (N. de L. G. M.)

tando-se, em primeiro lugar, a imagem ilusória oferecida pela paixão, a linguagem que lhe corresponderia foi também a primeira inventada; depois tornou-se metafórica quando o espírito esclarecido, reconhecendo seu próprio erro, só empregou as expressões para as próprias paixões que as produziram.

CAPÍTULO IV

Dos Caracteres Distintivos da Primeira Língua e das Mudanças que Teve de Sofrer

Os sons simples saem naturalmente da garganta, permanecendo a boca, naturalmente, mais ou menos aberta. Mas as modificações da língua e do palato, que fazem a articulação, exigem atenção e exercícios; não as conseguimos sem desejar fazê-las. Todas as crianças têm necessidade de aprendê-las e inúmeras não o conseguem com facilidade. Em todas as línguas, as exclamações mais vivas são inarticuladas. Os gritos e gemidos são vozes simples; os mudos, ou seja, os surdos, só lançam sons inarticulados. O Padre Lamy não concebe mesmo que os homens pudessem jamais inventar outros sons, se Deus não os ensinasse expressamente a falar. As articulações são poucas, os sons são inúmeros e os acentos,¹ que os distinguem, podem do mesmo

1 Adotamos, para traduzir a palavra accent, sua correspondente mais próxima em português: acento. O emprego do termo parece exato, a nos basearmos em Eduardo Carlos Pereira: "Acento (do latim accentus = canto) é a modulação da voz humana, que se reforça e se enfraquece sobre certas sílabas do vocábulo, dando-lhe maior ou menor sonoridade; do que resulta a variedade, a harmonia, a beleza musical das palavras, elemento tão necessário como o próprio som. Há na palavra, disse Cícero, uma espécie de canto: est in dicendo etiam quidam cantus". O acento dos gramáticos latinos correspondia, em significação etimológica e uso, ao termo prosódia dos gramáticos gregos [...].

"Por uma natural transladação de sentido, a palavra acento designa também os sinais gráficos, chamados acento agudo, grave e circunflexo, com que indicamos certos valores fonéticos na deficiência de símbolos literais." (Eduardo Carlos Pereira, Gramática Expositiva, Curso Superior, São Paulo, Companhia Editora Nacional, § 82, observações.)

Ora, consultando o Dicionário de Música, do próprio Rousseau, encontramos o seguinte:

"ACCENT. Assim se chama, na acepção mais geral, qualquer modificação da voz falada na duração e tom das sílabas e palavras de que se compõe o discurso, o que demonstra uma relação exata entre os dois usos dos acentos e as duas partes da melodia, a saber, o ritmo e a entonação. Accentus, diz o gramático, quasi ad cantus [...].

"Distinguem-se três desses gêneros [de acentos] no discurso simples: o acento gramatical, que inclui a regra dos acentos propriamente ditos, segundo os quais o som da sílaba é grave ou agudo, e a da quantidade, segundo a qual cada sílaba é breve ou longa etc..."

O que nos traz de volta ao gramático brasileiro, quando diz:

"Tem havido, no domínio prosódico, tradicional confusão entre quantidade, qualidade e tonicidade.

modo multiplicar-se. Todas as notas musicais são outros tantos acentos. É verdade que só temos três ou quatro na palavra, porém os chineses possuem muitos mais e, em compensação, possuem menos consoantes. A essa fonte de combinações acrescentai a do tempo ou da quantidade e tereis não somente mais palavras, porém mais sílabas diversificadas do que necessitará a mais rica das línguas.

Não duvido que, independentemente do vocabulário e da sintaxe, a primeira língua, caso ainda existisse, não houvesse conservado caracteres originais que a distinguiriam de todas as demais. Não somente todos os torneios dessa língua deveriam fazer-se por imagens, sentimentos e figuras, como também, na sua parte mecânica, deveriam corresponder a seu primeiro objeto e apresentar, aos sentidos e ao entendimento, as impressões quase inevitáveis da paixão que se procura comunicar.

Como as vozes naturais são inarticuladas, as palavras possuiriam poucas articulações; algumas consoantes interpostas, destruindo o hiato das vogais, bastariam para torná-las correntes e fáceis de pronunciar. Em compensação, os sons seriam muito variados, a diversidade dos acentos multiplicaria as vozes; a quantidade, o ritmo, constituiriam novas fontes de combinações, de modo que as vozes, os sons, o acento, o número, que são da natureza, deixando às articulações, que são convenções, bem pouco a fazer, cantar-se-ia em lugar de falar. A maioria dos radicais seriam sons imitativos, quer do acento das paixões, quer do efeito dos objetos sensíveis — a onomatopéia, nesse caso, apresentar-se-ia continuamente.

Essa língua possuiria muitos sinônimos para exprimir o mesmo ser em suas várias relações¹ e poucos advérbios e palavras abstratas para exprimir essas mesmas relações. Compreenderia inúmeros aumentativos, diminutivos, palavras compostas, partículas expletivas para dar a cadência aos períodos e tornar fluentes as frases; contaria muitas irregularidades e anomalias; descuidaria da analogia gramatical

A tradição latina e a sutileza da distinção entre a extensão, timbre e intensidade das vogais são a fonte constante de baralhamento entre os gramáticos. A quantidade silábica quase desapareceu no domínio romano. Entretanto, representou ela o papel proeminente nas línguas clássicas — o grego e o latim. Nelas, era o acento tônico subordinado à quantidade, ao passo que fenômeno inverso é o que se dá nas línguas neolatinas, nas quais a quantidade se subordina à tonicidade. Naquelas línguas antigas, a quantidade, na expressão de Guardia, era a alma do acento tônico; hoje a tônica é o centro de gravidade do vocábulo neolatino". (Idem, § 80, observações.) Quanto ao plural da palavra, em sendo o caso, seguimos a indicação de Rousseau no citado

para se prender à eufonia, ao número, à harmonia e à beleza dos sons. Em lugar de arrazoados, teria sentenças; persuadiria sem convencer e descreveria sem raciocinar; parecer-se-ia, em certos aspectos, com a língua chinesa, em outros, com a grega e, ainda em outros, com a árabe. Prolongai essas idéias em todas as suas implicações e vereis que o *Crátilo*¹ de Platão não é tão ridículo quanto parece ser.

[&]quot;ACCENS. Os poetas empregam frequentemente esta palavra no plural para significar o próprio canto e o fazem acompanhar ordinariamente por um epíteto etc..." (N. da T.)

Diz-se que o árabe possui mais de mil palavras diferentes para designar o cumelo, mais de cem para espada etc. (N. do A.)

¹ No Crátilo, Platão sustenta que o nome de uma coisa significa a natureza dessa coisa. Assim adota uma concepção que se liga à origem sobrenatural do conhecimento e da palavra, segundo a qual falar não é emitir um simples sopro de ar, um flatus vocis, senão revelar a própria natureza dos seres. Aliás, as religiões sempre atribuíram transcendental significado ao verbo. Não obstante, Rousseau, no caso, parece referir-se apenas a uma simples conseqüência da teoria platônica: o nome das coisas não resulta de uma escolha arbitrária. (N. de L. G. M.)

CAPÍTULO V

DA ESCRITA

QUEM QUER QUE estude a história e o progresso das línguas, verificará que, quanto mais se tornam monótonas as vozes, mais se multiplicam as consoantes, e que as inflexões que desaparecem e as qualidades que se igualam são substituídas por combinações gramaticais e por novas articulações. Somente, porém, o decorrer do tempo pode trazer tais mudanças. Na medida em que as necessidades crescem, os negócios se complicam, as luzes se expandem, a linguagem muda de caráter. Torna-se mais justa e menos apaixonada, substitui os sentimentos pelas idéias, não fala mais ao coração, senão à razão. Por isso mesmo, o acento se extingue e a articulação progride; a língua fica mais exata, mais clara, porém mais morosa, mais surda e mais fria. Tal progresso parece-me perfeitamente natural.

Um outro meio de comparar as línguas e julgar de sua antiguidade encontra-se na escrita, e na razão inversa da perfeição dessa arte. Quanto mais grosseira for a escrita, mais antiga a língua. A primeira maneira de escrever não consiste em pintar os sons mas os próprios objetos, seja diretamente, como o faziam os mexicanos, seja por figuras alegóricas, como o fizeram outrora os egípcios.¹ Esse estado corresponde à língua apaixonada e já supõe algo de sociedade e de necessidades suscitadas pelas paixões.

A segunda maneira consiste em representar as palavras e as proposições por caracteres convencionais, o que só pode sobrevir quando a língua se formou inteiramente e quando todo um povo se une

¹ Cabe lembrar que, como é óbvio, os dois exemplos dados não passavam, então, de meras suposições sem base objetiva. (N. de L. G. M.)

por leis comuns, pois já vai nisso uma convenção dupla. Tal é a escrita dos chineses e consiste, realmente, em pintar os sons e falar aos olhos.

O terceiro modo é a decomposição da voz falada num certo número de partes elementares, sejam vogais, sejam articuladas, com as quais se possam formar todas as palavras e todas as sílabas imagináveis. Esse modo de escrever, que é o nosso, com certeza foi imaginado por povos comerciantes que, viajando em inúmeros países e tendo de falar diversas línguas, se viram forçados a inventar caracteres que pudessem ser conhecidos de todos. Não se trata, precisamente, de escrever a palavra, mas de analisá-la.

Esses três modos de escrever correspondem, exatamente, aos três diferentes estados em que se podem considerar os homens reunidos em nações. A pintura dos objetos convém aos povos selvagens; os sinais das palavras e das proposições, aos povos bárbaros; e o alfabeto, aos povos policiados.

Não se deve, pois, pensar que esta última invenção constitua uma prova da grande antiguidade do povo inventor. Pelo contrário, é provável que o povo que a encontrou tivesse em mira a comunicação mais fácil com outros povos que falassem outras línguas, os quais eram, pelo menos, seus contemporâneos e poderiam ser mais antigos do que ele. Não se pode dizer o mesmo dos outros dois métodos. Confesso, no entanto, que, se nos ativermos à História e aos fatos conhecidos, a escrita pelo alfabeto parece remontar tão alto quanto qualquer outra. Não surpreende, contudo, que não tenhamos monumentos dos tempos em que não se escrevia.¹

É pouco verossímil que os primeiros a terem a idéia de resolver a palavra em sinais elementares conseguissem desde o início divisões bastante exatas. Quando depois perceberam a insuficiência de sua análise, uns, como os gregos, multiplicaram os caracteres de seu alfabeto, e outros contentaram-se em variar o sentido e o som por meio de posições ou combinações diferentes. Desse modo parecem ser escritas as inscrições das ruínas de Tchelminar, das quais Chardin nos oferece éctipos.² Não se distinguem neles senão duas figuras ou caracteres,³ porém de tamanhos

1 Pelo segundo Discurso e, também, pela Carta a Christophe de Beaumont, sabemos que o método histórico de Rousseau admitia, na falta de documentação precisa, as hipóteses interpretativas provadas apenas pela maior ou menor capacidade de explicar coerente e verossimilmente a evolução dos fatos conhecidos. (N. de L. G. M.)

2 Embora éctipo, em sentido estrito, signifique a reprodução em relevo do cunho de moedas (e ectipografia, a tipografia em relevo), a palavra, no caso, é usada para indicar reprodução, por moldagem, de inscrições gravadas na pedra. (N. de L. G. M.)

diferentes e colocadas em vários sentidos. Essa língua desconhecida e de uma antiguidade quase espantosa, todavia, deveria ser, a seu tempo, bem formada, se a julgarmos pela perfeição das artes patenteada pela beleza dos caracteres e pelos monumentos admiráveis em que se acham tais inscrições.¹ Não sei por que se fala tão pouco dessas ruínas impressionantes. Quando li a sua descrição por Chardin, pensei estar-me transportando para um outro mundo. Parece-me que tudo isso leva à reflexão apaixonada.

A arte de escrever não se liga à de falar. Prende-se a necessidades de outra natureza que, mais cedo ou mais tarde, aparecem, de acordo com circunstâncias totalmente independentes da duração dos povos, e que jamais poderiam ter surgido no seio de nações muito antigas. Não se sabe por quanto tempo a arte dos hieróglifos constituiu talvez a única escrita dos egípcios. Que uma tal escrita pode bastar a um povo policiado prova-o o exemplo dos mexicanos, que possuíam uma ainda menos cômoda.

Comparando-se o alfabeto copta com o siríaco ou com o fenício, conclui-se, com facilidade, que um vem do outro. E não causaria espanto que fosse este último o original, nem que, nesse ponto, o povo mais moderno tivesse instruído o mais antigo. Também é certo que o alfabeto grego vem do fenício; compreende-se mesmo que devesse vir. Não se sabe se Cadmo ou qualquer outro o trouxe da Fenícia, mas o certo é que os gregos não o foram procurar e que os próprios fenícios o trouxeram, pois, dos povos da Ásia e da África, foram os primeiros e quase os únicos² que comerciaram na Europa e chegaram à Grécia muito antes de irem os gregos às suas terras. O que não prova, em absoluto, que o povo grego não seja tão antigo quanto o fenício.

A princípio, os gregos não só adotaram os caracteres dos fenícios mas ainda a direção de suas linhas, da direita para a esquerda. A

[&]quot;Muitos se admiram", diz Chardin, "com o fato de duas figuras poderem produzir tantas letras, mas, quanto a mim, não vejo nisso motivo para tão grande espanto, desde que as letras de nosso alfabeto, em número de vinte e três, se compõem apenas de duas linhas — a reta e circular, isto é, com um C e um 1 formam-se todas as letras que compõem nossas palavras". (N. do A.)

[&]quot;Essa escrita parece muito bela e nada tem de confusa ou bárbara. Dir-se-ia que as letras foram douradas, pois há muitas, sobretudo maiúsculas, onde ainda aparece o ouro e certamente constitui fato admirável e inconcebível que o ar não tenha conseguido, durante tantos sébios do mundo munca tenham conseguido compreender qualquer coisa dessa escrita, dado que de forma alguma se aproxima de nenhuma escrita que chegou até nosso conhecimento, enquanto todas as escritas atualmente conhecidas, com exceção do chinês, possuem grande afinidade entre si e parecem provir da mesma fonte. O que existe nesta de mais maravilhoso é que os guebros, últimos remanescentes dos antigos persas, cuja religião conservam e perpetuam, não só não conhecem melhor do que nós esses caracteres como também seus caracteres não se assemelham a eles mais do que os nossos. Conclui-ae daí que ou é um caráter de cabala, o que não existe outra da mesma mão, ou que é de uma tal antiguidade que quase não ousaríamos dizer." Chardin, efetivamente, com esse trecho, faria presumir que, no tempo de Ciro e dos magos, essa escrita já estava esquecida e tão pouco conhecida quanto hoje. (N. do A.)

² Considero os cartagineses fenícios, por serem uma colônia de Tiro. (N. do A.)

seguir, imaginaram escrever em sulcos, isto é, voltando da esquerda para a direita e depois desta para a esquerda, alternativamente.¹ Por fim, escreveram como o fazemos hoje, recomeçando todas as linhas da esquerda para a direita. Esse progresso não apresenta nada de natural, pois a escrita em sulcos é irretorquivelmente a mais cômoda de ler. Fico até admirado de não se ter restabelecido com a imprensa; sendo, porém, difícil de ser escrita a mão, teve de ser abolida quando os manuscritos se multiplicaram.

Mas, ainda que o alfabeto grego venha do fenício, não se conclui daí que a língua grega resulte da fenícia.

Uma dessas proposições não implica a outra e parece que a língua grega já era muito velha, enquanto a arte de escrever ainda era recente, até imperfeita, entre os gregos. Até o sítio de Tróia, só possuíam dezesseis letras, se na verdade as tinham. Diz-se que Palamedes acrescentou quatro, e Simônides, quatro outras. Tudo isso permanece um pouco longínquo. Pelo contrário, o latim, língua mais moderna, quase desde seu nascimento contou com alfabeto completo, do qual, no entanto, os primeiros romanos não se utilizaram, porquanto começaram a escrever a sua história muito tarde e os lustros eram assinalados apenas com cravos.

Ademais, não há uma quantidade precisamente determinada de letras ou elementos da palavra: uns possuem-nas mais, outros menos, segundo as línguas e as diversas modificações que se dão às vozes e às consoantes. Os que só conhecem cinco vogais muito se enganam: os gregos escreviam sete, os primeiros romanos seis;² os Senhores de Port-Royal contam dez, o Sr. Duclos dezessete. Não duvido de que se pudesse descobrir outras mais, se o hábito tivesse tornado o ouvido mais sensível e a boca mais exercitada às várias modificações de que são suscetíveis. Na medida da delicadeza do órgão, encontrar-se-á mais ou menos modificações entre o a agudo e o o grave, entre o i e o e aberto etc. É o que cada um pode provar passando, com voz contínua e nuançada, de uma para outra vogal. Pode-se fixar um número maior ou menor dessas nuanças e assinalá-las por caracteres particulares na medida em que, pelo hábito, se possui uma sensibilidade mais ou menos aprimorada, dependendo esse hábito das espécies

de vozes usadas na linguagem, às quais os órgãos insensivelmente se adaptam. A mesma coisa se pode dizer, aproximadamente, das letras articuladas ou consoantes. A maioria das nações, porém, não agiu desse modo. Tomaram o alfabeto umas às outras e representaram, por meio dos mesmos caracteres, vozes e articulações muito diferentes, o que determinou, por mais exata que seja a ortografia, que se leia sempre ridiculamente uma outra língua que não a sua, salvo no caso de se ter muita prática.

A escrita, que parece dever fixar a língua, é justamente o que a altera; não lhe muda as palavras, mas o gênio; substitui a expressão pela exatidão. Quando se fala, transmitem-se os sentimentos, e quando se escreve, as idéias. Ao escrever, é-se obrigado a tomar todas as palavras em sua acepção comum, porém aquele que fala varia suas acepções pelos tons, determina-as como lhe apraz. Menos preocupado em ser claro, dá maior importância à força; não é possível que uma língua escrita guarde por muito tempo a vivacidade daquela que só é falada. Escrevem-se as vozes e não os sons. Ora, numa língua acentuada são os sons, os acentos, as inflexões de toda sorte que constituem a maior energia da linguagem, que tornam uma frase, fora daí comum, adequada unicamente ao caso em que se encontra. Os meios que se utilizam para substituir esse recurso estendem, alongam a língua escrita e, passando dos livros para o discurso, enfraquecem a própria palavra.¹ Dizendo-se tudo como se escreve não se faz mais do que ler falando.

¹ Ver Pausânias, Arcad. Os latinos, no começo, escreveram assim e, daí, segundo Marius Victorinus, veio a palavra versus. (N. do A.)

^{2 &}quot;Vocales quas graece septem, Romulus sex, usus posterior quinque commemorat, Y velut graeca rejecta." (Mart. Capel., Lib. III.) (N. do A.)

[&]quot;As vogais, em língua grega, eram sete; no tempo de Rômulo, seis; o uso posterior as reduz a cinco, pois o foi Y grego rejeitado." (N. de L. G. M.)

O melhor desses meios, e que não apresentaria esse defeito, seria a pontuação, se a tivessem deixado menos imperfeita. Por que, por exemplo, não possuímos o ponto vocativo? O ponto de interrogação que possuímos era muito menos necessário, pois, pelo menos na nossa língua, tão-só pela construção já se sabe quando se interroga ou não. Mas, como distinguir, na escrita, um homem que se nomeia de um que se chama? Certamente constitui-se um equívoco, que seria sanado pelo ponto vocativo. O mesmo equívoco se encontra na ironia, quando o acento não a faz sentir. (N. do A.)

CAPÍTULO VI

SE É PROVÁVEL QUE HOMERO SOUBESSE ESCREVER

APESAR DO QUE se diz sobre a invenção do alfabeto grego, eu a considero muito mais moderna do que se julga, e é principalmente no caráter da língua que fundamento tal opinião. Muitas vezes veio a meu espírito a dúvida não só de que Homero soubesse ler, mas até de que no seu tempo se escrevesse. Sinto muito que tal dúvida tão formalmente seja desmentida pela história de Belerofonte na Ilíada e, como tenho a infelicidade de ser, como o Padre Hardouin, um pouco obstinado em meus paradoxos, sentir-me-ia bastante tentado, se fosse menos ignorante, a estender minhas dúvidas até sobre essa história e de acusá-la de ter sido, sem muito exame, interpolada pelos compiladores de Homero. Não somente encontram-se, no resto da Ilíada, poucos traços dessa arte, mas ouso afirmar que toda a Odisséia é um conjunto de idiotices e de inépcias que uma ou duas letras teriam reduzido a fumo, enquanto se pode tornar esse poema razoável e mesmo muito bem conduzido supondo-se que seus heróis tenham ignorado a escrita. Se a Ilíada tivesse sido escrita seria muito menos cantada, os rapsodos menos procurados e menos multiplicados. Nenhum outro poeta foi tão cantado, salvo Tasso em Veneza e, assim mesmo, só pelos gondoleiros, que não são grandes leitores. Outro preconceito bastante enraizado concerne à quantidade de dialetos empregados por Homero. Os dialetos, distinguidos pela palavra, aproximam-se e confundem-se na escrita; tudo, insensivelmente, se liga a um modelo comum. Quanto mais uma nação lê e se instrui, mais desaparecem seus dialetos e, por fim, só permanecem como gíria no seio do povo, que lê pouco e nunca escreve.

Ora, sendo esses dois poemas posteriores ao sítio de Tróia, não é absolutamente certo que os gregos, que realizaram o sítio, conhecessem a escrita e que o poeta que o cantou tivesse ciência dela. Esses poemas por muito tempo permaneceram inscritos unicamente na memória dos homens; foram reunidos por escrito muito mais tarde e com grande dificuldade. Foi quando começaram a abundar na Grécia os livros e as poesias escritas que se sentiu, por comparação, todo o encanto da de Homero. Os outros poetas escreviam, só Homero tinha cantado, e só se deixou de ouvir com encantamento esses cantos divinos quando a Europa se encheu de bárbaros que se meteram a julgar o que não podiam sentir.

CAPÍTULO VII

Da Prosódia Moderna

NÃO SABEMOS DE uma língua sonora e harmoniosa que fale tanto pelos sons quanto pelas vozes. Enganamo-nos quando julgamos substituir o acento pela acentuação. Só se inventa a acentuação quando o acento já se perdeu.¹ Ainda há mais. Cremos ter acentos e não os

1 Alguns sábios pretendem contra a opinião comum e contra prova baseada em todos os manuscritos antigos, terem os gregos conhecido e praticado na escrita os sinais chamados acentos, e fundamentam essa opinião em dois trechos que transcreverei tanto um quanto outro, a fim de que o leitor possa julgar de seu verdadeiro sentido.

Eis o primeiro, extraído de Cícero, no seu tratado Do Orador, Livro III, § 44:

"Hanc diligentiam subsequitur modus etiam et forma verborum, quod jam vereor ne uic Catulo videatur esse puerille. Versus enim veteres illi in hac soluta oratione propemodum, hoc est, numeros quosdam nobis esse adhibendos putaverunt. Interspirationis enim non defatigationis nostrae, neque librariorum notis, sed verborum et sntentiarum modo, interpunctas clausulas in orationibus esse voluerunt: idque princeps Isocrates instituisse fertur, ut inconditam antiquorum dicendi consuetudinem, delectationis atque aurium causa (quemadmodum scribit discipulus ejus Naucrates), numeris adstringeret.

Namque hace duo musici, qui erant quondam iidem pooetae, machinati ad voluptatem sunt, versum atque cantum, ut et verborum numero, et vocum modo, delectatione vencerent aurium satietatem. Hace igitur duo vocis dico moderationem, et verborum conclusionem, quod orationis severitas pati possit, a poetica ad eloquentism traducenta duxerunt."

Aqui está o segundo, extraído de Isidoro, nas suas Origens, Livro I, capítulo XX:

"Praeterea quaedam sententiarum notae apud celeberrimos auctores fuerunt, quasque antiqui ad distinctionem scripturarum carminibus et historiis apposuerunt. Nota est figura propria in litterae modum posita, ad demonstrandum unamquamque verbi sententiarumque ac versuum rationem. Notae autem versibus apponuntur numero XXVI, quae sunt nominibus infra scriptis, etc."

Para mim, por aí vejo que ao tempo de Cícero os bons copistas praticavam a separação das palavras e empregavam certos signos equivalentes à nossa pontuação. E, além disso, a invenção do número e a declaração da prosa atribuída a Isócrates. Não posso reconhecer, contudo, os signos escritos, os acentos e, ainda que os reconhecesse, disso não se poderia concluir senão algo que não objeto e que se enquadra perfeitamente em meus princípios, isto é, que, quando os romanos começaram a estudar o grego, os copistas inventaram, para indicar a pronúncia, os sinais dos acentos, dos espíritos e da prosódia. Em absoluto não se segue que tais signos fossem usados entre os gregos, que deles não tinham nenhuma necessidade. (N. do A.)

"A este cuidado segue-se o do ritmo e da forma das palavras; o que então receio que pareça pueril a Catulo. Entretanto, os próprios antigos achavam que a prosa deveria ser sentida quase como um verso, isto é, que uns certos ritmos devessem ser admitidos por nós. Quiseram, com efeito, que pausas para a respiração fossem introduzidas nas orações, marcadas não pelos sinais possuímos; nossos pretensos acentos não passam de vogais ou de sinais de quantidade, não assinalam nenhuma variedade de sons. A prova está em que todos esses acentos se revelam ou por tempos desiguais ou por modificações dos lábios, da língua, do palato, que determinam a diversidade das vozes, nenhum pelas modificações da glote, que é o que determina a diversidade de sons. Assim, quando o nosso acento circunflexo não é uma voz simples, é uma longa, ou então nada é. Vejamos, agora, o que acontecia entre os gregos.

Dionísio de Halicarnasso diz que a elevação do tom no acento agudo e o abaixamento no grave formavam uma quinta; assim também o acento prosódico era musical, sobretudo o circunflexo, no qual a voz, depois de ter subido uma quinta, descia, na mesma sílaba, uma quinta.¹ Por esse trecho e pelo mais a que se refere, vê-se que o Sr. Duclos não reconhece nenhum acento musical em nossa língua, mas unicamente o acento prosódico e o vocal. Acrescenta-se-lhe um acento ortográfico que em nada influencia a voz, o som ou a quantidade, mas que às vezes indica uma letra suprimida, como o circunflexo, e, outras vezes, fixa o sentido equívoco de um monossílabo, como o pretenso acento grave que distingue du advérbio de lugar de ou partícula disjuntiva e à usado como artigo de a como verbo. Acento que distingue esses monossílabos somente à vista, não determinando nenhum efeito na pronúncia.² Assim, a definição de acento adotada geralmente pelos franceses não convém a nenhum dos acentos da sua língua.

Estou certo de que muitos de seus gramáticos, preocupados em marcarem nos acentos uma elevação ou um abaixamento de voz, acusarão, também neste ponto, um paradoxo e, por não recorrerem suficientemente à experiência, acreditarão poder determinar por modi-

da nossa fadiga, nem por sinais dos escritores, mas pelo ritmo das palavras e sentenças; e sabe-se que isócrates foi o primeiro a ensinar isso, e subordinava, restringia a maneira de falar, desordenada, dos antigos a números, em razão do prazer e dos ouvidos (como escreve Náucrates, seu discípulo).

"Com efeito, dois músicos, eles mesmos outrora poetas, a fim de agradar, procuravam o verso e o canto, de modo a vencer, pelo prazer, a fadiga do ouvido, não só com o número das palavras, mas também com o modo das vozes. Julgaram, pois, que estas duas coisas — a moderação da voz e a cadência das palavras — deviam ser transferidas, tanto quanto a gravidade da oração o permitisse, da poética para a eloquência." — Cicero, De Onstore.

"Além disso, entre os mais célebres autores antigos, havia certos sinais de sentenças que apunham aos versos e histórias a fim de separar as escrituras. Tal sinal tem figura própria, à maneira de uma letra, para pôr em relevo a razão de alguma palavra, sentença ou verso. Os sinais, porém, usados nos versos, são vinte e seis, cujos nomes se transcrevem abaixo..." Isidoro, — Origines. (N. de L. G. M.)

Duclos, Remarques sur la Grammaire Générale et Raisonnée, pág. 30. (N. do A.)

ficações da glote esses mesmos acentos que se emitem tão-só variando a abertura da boca ou as posições da língua. Eis, porém, o que tenho a dizer-lhes para comprovar a experiência e tornar irreplicável a minha prova.

Assumi com a voz exatamente o uníssono de um instrumento musical e, sobre esse uníssono, pronunciai exatamente todas as palavras francesas mais diversamente acentuadas que puderdes reunir. Como não se trata, nesse caso, do acento oratório, mas somente do gramatical, não é nem sequer necessário que as várias palavras formem um sentido contínuo. Falando desse modo, observai se não marcais sobre esse som todos os acentos tão sensível e nitidamente quanto os pronunciáveis sem dificuldade, variando vosso tom de voz. Ora, posto esse fato, que é incontestável, eu asseguro que, exprimindo-se todas as vossas inflexões no mesmo tom, não assinalam sons diferentes. Não imagino o que se possa responder a isso.

Toda língua, em que se podem colocar inúmeras árias musicais sobre as mesmas palavras, não possui um acento musical determinado. Fosse ele determinado e a ária também o seria; desde que o canto é arbitrário, o acento nada vale.

As línguas modernas da Europa estão, todas, mais ou menos no mesmo caso. Não excetuo nem sequer a italiana. A língua italiana, tanto quanto a francesa, não é em si mesma musical. A diferença reside unicamente em que uma se presta à música e outra não.

Tudo isso leva à confirmação do princípio que diz deverem todas as línguas escritas, por um progresso natural, mudar de caráter e perder força, ganhando clareza; que quanto mais se procurar aperfeiçoar a gramática e a lógica, mais se acelerará esse progresso; e que, para rapidamente tornar uma língua fria e monótona, basta estabelecer academias no seio do povo que a fala.

Conhecem-se as línguas derivadas pela diferença entre a ortografia e a pronúncia. Quanto mais antigas e originais são as línguas, menos arbitrariedade existe no modo de pronunciá-las e, conseqüentemente, menos complicação de caracteres para determinar a sua pronúncia. Todos os sinais prosódicos dos antigos, diz o Sr. Duclos, supondo-se que seu emprego estivesse bem fixado, não tinham ainda valor igual ao do uso. Acrescentaria, mais, que foram substitutivos. Os antigos hebreus não possuíam pontos ou acentos, nem mesmo vogais. Quando as outras nações se resolveram a falar hebreu e os judeus falaram outras línguas, a sua perdeu o seu acento; tornaram-se necessários pontos e sinais para regulamentá-la e isso antes restabeleceu o sentido das pa-

² Poder-se-ia crér que por esse mesmo acento os italianos distinguem, por exemplo, e verbo de e conjunção; o primeiro, porém, se distingue ao ouvido por um som mais forte e mais sustentado, o que torna vogal o acento com o qual é assinalado — observação que Buonmattei fez mal em não anotar. (N. do A.)

lavras do que a pronúncia da língua. Os judeus de hoje, falando hebreu, não mais seriam compreendidos por seus antepassados.

Para saber o inglês é preciso aprendê-lo duas vezes — uma a ler e outra a falar. Se um inglês lê em voz alta e um estrangeiro lança os olhos sobre o livro, o estrangeiro não percebe ligação alguma entre o que vê e o que ouve. Por que assim acontece? Porque, tendo sido a Inglaterra sucessivamente conquistada por vários povos, as palavras sempre foram escritas do mesmo modo, enquanto o modo de pronunciá-las mudou freqüentemente. Há muita diferença entre os sinais que determinam o sentido da escrita e aqueles que regulamentam a pronúncia. Seria muito fácil criar, unicamente com consoantes, uma língua muito clara para ser escrita, mas que não se poderia falar. A álgebra possui algo dessa língua. Quando uma língua é mais clara por sua ortografia do que por sua pronúncia, isso constitui sinal de ser mais escrita do que falada.

Assim poderia ser a língua erudita dos egípcios e assim são, para nós, as línguas mortas. Naquelas que são sobrecarregadas de consoantes inúteis, parece que a escrita precedeu a palavra — quem não diria estar o polonês nesse caso? Se fosse verdade, a língua polonesa deveria ser a mais fria de todas as línguas.

CAPÍTULO VIII

DIFERENÇAS GERAL E LOCAL NA ORIGEM DAS LÍNGUAS

TUDO O QUE AFIRMEI até agora se refere em geral às línguas primitivas e ao progresso que resulta de sua duração, mas não explica nem a sua origem nem as suas diferenças. A principal causa que as distingue é local, resulta dos climas em que nascem e da maneira pela qual se formam. A tal causa deve-se recorrer para conceber a diferença geral e característica que se nota entre as línguas do sul e as do norte. O grande defeito dos europeus consiste em sempre filosofarem sobre as origens das coisas baseando-se no que se passa à sua volta. Nunca deixam de nos apontar os primeiros homens, habitando uma terra ingrata e rude, morrendo de frio e de fome, impelidos a conseguirem um abrigo e roupas; vêem em todos os lugares somente a neve e os gelos da Europa, sem se lembrarem de que a espécie humana, como todas as outras, nasceu nas regiões quentes, e que em dois terços do globo pouco se conhece o inverno. Quando se quer estudar os homens, é preciso olhar em torno de si, mas, para estudar o homem, importa que a vista alcance mais longe; impõe-se começar observando as diferenças, para descobrir as propriedades.1

O gênero humano, nascido nas regiões quentes, daí passa para as frias; nestas se multiplica e, depois, volta às regiões quentes. Dessa ação e reação resultam as revoluções da terra e a agitação contínua

¹ Com esta notável repulsa ao etnocentrismo europeu, afastamo-nos decididamente da orientação unanimemente aceita pelos autores do século XVIII, para os quais era válido um conceito de homem deduzido de certos princípios gerais anistóricos. Rousseau quer buscar, para além da "ordem natural" e na própria vida dos homens tal qual existem em todo o mundo, a ordem humana, isto é, o conhecimento do homem em sua própria realidade. (N. de L. G. M.)

de seus habitantes. Esforcemo-nos, nas nossas pesquisas, para seguir a própria ordem da natureza. Inicio uma longa digressão sobre um assunto tão repisado quanto trivial, mas ao qual sempre se tem necessidade de voltar, mesmo quando já muito se tenha dito, a fim de encontrar a origem das instituições humanas.

CAPÍTULO IX

FORMAÇÃO DAS LÍNGUAS MERIDIONAIS

Nos primeiros tempos,¹ os homens esparsos na superfície da terra não possuíam outra sociedade que não a da família, outras leis que não as da natureza, e, por língua, apenas o gesto e alguns sons inarticulados.² Não se ligavam por nenhuma idéia de fraternidade comum e, possuindo como único árbitro a força, acreditavam-se inimigos uns dos outros. Essa opinião era-lhes comunicada por sua fraqueza e ignorância. Nada conhecendo, tudo temiam: atacavam para se defenderem. Deveria ser um animal feroz esse homem abandonado sozinho na superfície da terra, à mercê do gênero humano. Estava pronto a fazer aos outros todo o mal que neles temia. As fontes da crueldade são o temor e a fraqueza.³

As afeições sociais só se desenvolvem em nós com nossas luzes. A piedade, ainda que natural ao coração do homem, permaneceria eternamente inativa sem a imaginação que a põe em ação. Como nos deixamos emocionar pela piedade? — Transportando-nos para fora de nós mesmos, identificando-nos com o sofredor. Só sofremos en-

evolutivo. (N. de L. G. M.)

Nova ressonância de Hobbes faz-se sentir aqui, de tal modo, contudo, que esclarece a posição de Rousseau, desfazendo certos equívocos. De fato, o seu "homem natural", como o hobbesiano, é um feixe de reações primárias fisiopsicológicas (aqui suposto como agindo num passo real — porém, não histórico — de sua evolução), mas não é "naturalmente bom". Sua "bondade" precisa de estímulo para entrar em ação. (N. de L. G. M.)

¹ Chamo de primeiros tempos os referentes à dispersão dos homens, seja qual for a idade do gênero humano na qual se queira fixar a época* (N. do A.)
Confirma-se, pois, que o "estado de natureza", para Rousseau, não é histórico, porém apenas

² As verdadeiras línguas absolutamente não possuem uma origem doméstica; somente uma convenção mais geral e mais duradoura pode estabelecê-las. Os selvagens da América quase nunca falam, a não ser fora de casa; cada um guarda silêncio em sua cabana e fala à família por sinais sendo tais sinais pouco freqüentes, pois um selvagem é menos inquieto e impaciente do que um europeu, não tendo tantas necessidades e esforçando-se mais para supri-las sozinho. (N. do A.)

guém conhecia e desejava senão o que estava sob a sua mão; suas necessidades, em lugar de aproximá-lo de seus semelhantes, distan-

quanto pensamos que ele sofre; não é em nós, mas nele, que sofremos. Figuremo-nos quanto de conhecimentos adquiridos supõe tal transposição. Como poderia eu imaginar males dos quais não formo idéia alguma? Como poderia sofrer vendo outro sofrer, se nem soubesse que ele sofre? Se ignoro o que existe de comum entre ele e mim? Aquele que nunca refletiu, não pode ser clemente, justo, ou piedoso, nem tampouco mau e vingativo. Quem nada imagina não sente mais do que a si mesmo: encontra-se só no meio do gênero humano.

A reflexão nasce das idéias comparadas; a pluralidade dessas idéias é que leva à comparação. Quem vê um único objeto não pode fazer comparações. Quem vê somente um pequeno número de objetos e, desde a infância, sempre os mesmos, também não os compara, porque o hábito de vê-los impede a atenção necessária para examiná-los. À medida, porém, que nos impressiona um objeto novo, queremos conhecê-lo e procuramos relações entre ele e os que já conhecemos. Assim aprendemos a conhecer o que está sob nossos olhos e somos levados, pelo que nos é estranho, a examinar aquilo que nos interessa.¹

Aplicai essas idéias aos primeiros homens e encontrareis os motivos de sua barbárie. Sempre vendo tão-só o que estava à sua volta, nem mesmo isso conheciam nem sequer conheciam a si próprios. Tinham a idéia de um pai, de um filho, de um irmão, porém não a de um homem. Sua cabana continha todos os seus semelhantes: para ele, era a mesma coisa um estrangeiro, um animal, um monstro. Além de si mesmos e de sua família, todo o universo nada significava para eles.

Resultam daí as contradições aparentes que se notam entre os pais das nações. Tanta naturalidade e tanta desumanidade; costumes tão ferozes e corações tão ternos; tanto amor pela própria família e tanta aversão pela sua espécie. Todos os seus sentimentos, concentrados nos seres próximos, adquiriam maior energia. Tudo o que conheciam lhes era caro. Inimigos do resto do mundo, que não viam e ignoravam, odiavam-se porque não podiam conhecer-se.²

Esses tempos de barbárie foram a Idade de Ouro, não porque os homens estivessem unidos, mas porque estavam separados. Cada

o poderia sofrer vendo outro sofrer, se nem soubesse
Se ignoro o que existe de comum entre ele e mim?
nca refletiu, não pode ser clemente, justo, ou piedoso,
mau e vingativo. Quem nada imagina não sente mais
smo: encontra-se só no meio do gênero humano.

Os homens, se quisessem, atacavam-se quando se encontravam, mas encontravam-se muito raramente. Em todos os lugares
dominava o estado de guerra e a terra toda estava em paz.¹

Os primeiros homens foram caçadores ou pastores e não lavradores; os primeiros bens se constituíram de rebanhos e não de campos.

Os primeiros homens foram caçadores ou pastores e não lavradores; os primeiros bens se constituíram de rebanhos e não de campos. Antes de repartir-se a propriedade da terra, ninguém pensava em cultivá-la. A agricultura é uma arte que exige instrumentos; senear para colher é uma precaução que exige previdência. O homem em sociedade procura espalhar-se, o homem isolado se limita. Fora do alcance de sua vista e de até onde pode alcançar seu braço, para ele não existe direito, nem propriedade. Quando o ciclope rola a pedra até a entrada de sua caverna, tanto seus rebanhos quanto ele ficam em segurança. Mas quem defenderá as colheitas daquele em cujo favor as leis não vigiam?

Dir-me-ão que Caim foi lavrador e que Noé plantou a vinha. Por que não? Estavam sós; a quem temeriam? Aliás, o argumento nada diz contra mim, pois já expliquei, mais acima, o que entendia por primeiros tempos. Tornando-se fugitivo, Caim viu-se obrigado a abandonar a agricultura; a vida errante dos descendentes de Noé levou-os também a esquecê-la. Precisaram povoar a terra antes de cultivá-la; essas duas coisas muito dificilmente se fazem ao mesmo tempo. Não mais houve agricultura durante a primeira dispersão do gênero humano, enquanto a família não se assentou e o homem não fxou habitação. Os povos que não se fixam não podem cultivar; assim foram outrora os nômades, os árabes que viviam sob tendas, os citas em carroças e assim, ainda hoje, são os tártaros errantes e os selvagens da América.

Geralmente, entre todos os povos cuja origem conhecemos, os primeiros bárbaros mostram-se mais vorazes e carnívoros do que agricultores e granívoros. Os gregos citam quem primeiro os ensinou a cultivar a terra e parece que só bem tarde conheceram essa arte. Quando dizem, porém, que antes de Triptólemo só viviam de bolotas, afir-

¹ Esta descrição psicológica já nos traz do "homem natural" ao homem posto num processo inicial de integração social. Cabe assinalar que a imaginação, motor da razão, só começa a agir e crescer nos contatos com os semelhantes. (N. de L. G. M.)

² Talvez melhor do que em qualquer outro escrito de Rousseau, neste trecho se evidencia a reciprocidade entre o conhecimento e a moral, isto é, a relação entre o desenvolvimento racional do homem e sua identificação com o semelhante. Tal relação é o fundamento do que poderíamos chamar de sociologia de Rousseau. Ao mesmo tempo, fixa-se sua verdadeira noção acerca da "bondade natural": o homem, naturalmente, não tem necessidade de ser bom ou de ser mau, mas apenas de ser. A potencialidade benévola, além de não ser inata, mas decorrente dessa situação básica, só se realiza pelo convívio amplo. (N. de L. G. M.)

¹ Hobbes afirmara ser o estado natural um estado de guerra de todos contra todos. Aqui setorna bem clara a posição de Rousseau: se o filósofo inglês acertara ao descrever o feixe de rações impulsivas constitutivo do homem natural — que Rousseau concebia, fundamentalmente, como o equipamento fisiopsicológico básico de qualquer homem em qualquer lugar e em qualquer tempo —, errara, contudo, ao julgar que tais elementos individuais determinam o comportanento dos seres. A conjuntura, as relações com os semelhantes, é que possibilitam, ou não, tal ot qual atitude. (N. de L. G. M.)

mam algo que não pode ser verdadeiro e que é desmentido pela sua própria história, pois ao tempo de Triptólemo comiam carne, tanto que ele os proibiu de comê-la. De resto, não se sabe que tenham levado em grande consideração tal proibição. Nos festins de Homero matava-se um boi para regalar os hóspedes, como hoje se mataria um leitãozinho. Lendo-se que Abraão serviu um bezerro a três pessoas, que Eumeu mandou assar dois cabritos para o jantar de Ulisses e que o mesmo fez Rebeca para o de seu marido, pode-se imaginar que tremendos devoradores de carne eram os homens daqueles tempos. Para conceber como eram as refeições dos antigos, basta ver a dos selvagens de hoje — quase disse: a dos ingleses.

O primeiro bolo que se comeu foi a comunhão do gênero humano. Quando os homens começaram a se fixar, surribaram um pouco de terra em torno da cabana: era mais um jardim do que uma lavoura. O pouco de grão colhido era moído entre duas pedras; dele se faziam alguns bolos que eram cozidos sob a cinza ou sobre a brasa ou, ainda, sobre uma pedra aquecida, e só eram comidos durante os festins. Esse uso antigo, que foi consagrado pela Páscoa entre os judeus, conserva-se ainda hoje na Pérsia e nas Índias. Aí só se come pão sem fermento, e esses pães, feitos em folhas delgadas, cozinham-se e comem-se em cada refeição. Só se lembraram de fermentar o pão quando se precisou de uma quantidade maior, pois a fermentação não se processa bem numa quantidade pequena.

Sei que já no tempo dos patriarcas se pode encontrar a agricultura em larga escala. A proximidade do Egito cedo a terá levado para a Palestina. O livro de Jó, talvez o mais antigo de todos os livros existentes, fala da cultura dos campos; cita quinhentas juntas de bois entre as riquezas de Jó. A palavra "junta" mostra que esses bois eram assim jungidos para o trabalho. Fica claramente dito que esses bois trabalhavam quando os sabeus os roubaram e pode-se imaginar qual a extensão de terra que quinhentos pares de bois deviam cultivar.

Tudo isso é verdadeiro, porém não confundamos os tempos. A época patriarcal, que conhecemos, está bem longe da primeira idade. A Escritura enumera, entre uma e outra, dez gerações, naqueles séculos em que os homens viviam muito. Que fizeram durante essas dez gerações? Nada sabemos. Vivendo separados e quase sem sociedade, apenas falavam — como poderiam escrever? E, na uniformidade de sua vida isolada, que acontecimentos poderiam comunicar?

Adão falava, Noé falava — seja. Adão foi instruído pelo próprio Deus. Ao se dividirem, os filhos de Noé abandonaram a agricultura e a língua comum pereceu com a primeira sociedade. Tal coisa aconteceria ainda que nunca tivesse existido uma Torre de Babel. Sabe-se de solitários esquecerem, em ilhas desertas, a sua própria língua. Bem raramente os homens conservam, depois de muitas gerações fora de seu país, a sua própria língua, mesmo trabalhando em comum e vivendo, entre si, em sociedade.

Esparsos no vasto deserto do mundo, os homens tornaram a cair na estupidez bárbara em que se encontrariam se tivessem nascido da terra. Aceitando-se essas idéias, tão naturais, torna-se fácil conciliar a autoridade da Escritura com a dos monumentos antigos, não se ficando reduzido a tratar como fábulas tradições tão antigas quanto os povos que no-las transmitiram.¹

Nesse estado de embrutecimento, tinha-se, contudo, de viver. Os mais ativos e robustos, aqueles que sempre andavam à frente, não podiam viver somente de frutos e da caça. Tornaram-se caçadores, violentos, sanguinários; depois, com o decorrer dos tempos, guerreiros, conquistadores, usurpadores. A História enodoou seus monumentos com os crimes desses primeiros reis; a guerra e a conquista não passam de caça de homens. Depois de tê-los conquistado, só faltava devorá-los — foi o que aprenderam a fazer seus sucessores.

O maior número, menos ativo e mais pacífico, desde que pôde, parou, reuniu gado, cercou-o e tornou-o dócil ao homem; para alimentar-se, aprendeu a guardá-lo, a multiplicá-lo, e assim se iniciou a vida pastoril.

A indústria humana desenvolve-se segundo as necessidades que determinam o seu aparecimento. Dos três modos de viver possíveis para o homem, ou seja: a caça, o trato dos rebanhos e a agricultura — a primeira adestra o corpo para a força, para a habilidade, para a corrida, e a alma para a coragem, a astúcia, enrijecendo o homem e tornando-o feroz. A região dos caçadores não continua sendo, por muito tempo, a da caça.² É preciso seguir de longe a presa, e daí vem

No texto francês está paire, que significa indiferentemente quaisquer seres postos dois a dois.
 (N. de L. G. M.)

¹ Nova hipótese evolutiva bem característica da metodologia rousseauniana. Assinale-se ainda que todo este trecho não passa de uma árdua tentativa para expor, em termos mais ou menos históricos, uma realidade que transcende os fatos ordenados cronologicamente. (N. de L. G. M.)

² O ofício de caçador não é favorável ao povoamento. Essa observação, que foi feita quando as ilhas de São Domingos e das Tartarugas eram habitadas por caçadores de touros selvagens, confirma-se pela condição em que se encontra a América Setentrional. Jamais se verifica que os pais de qualquer nação numerosa tenham sido caçadores; todos foram agricultores ou pastores. A caça deverá, pois, ser considerada, neste ponto, menos como um recurso de subsistência do que como um acessório do estado pastoril. (N. do A.)

a equitação. É preciso alcançar a mesma presa que foge, e daí as armas leves como a funda, a flecha e o dardo. A arte pastoril, mãe do repouso e das paixões ociosas, é aquela que melhor se basta a si mesma. Oferece ao homem, quase sem trabalho, alimento e roupa; dá-lhe até moradia. As tendas dos primeiros pastores se faziam com peles de animais. Era também de peles o teto da arca e do tabernáculo de Moisés. Quanto à agricultura, que demorou mais para nascer, liga-se a todas as artes; leva à propriedade, ao Governo, às leis e, pela mesma via, à miséria e aos crimes, que são inseparáveis, para a nossa espécie, da ciência do bem e do mal. Por isso os gregos não consideram Triptólemo unicamente o inventor de uma arte útil, mas também um instituidor e um sábio a quem deviam sua primeira disciplina e suas primeiras leis. Moisés, pelo contrário, parece formar sobre a agricultura um juízo de desaprovação, dando-lhe por inventor um mau e considerando desprezíveis suas oferendas aos olhos de Deus. Dir-se-ia que o primeiro lavrador denunciou, em seu caráter, os maus resultados de sua arte. O autor do Gênesis viu bem mais longe do que Heródoto.

Prendem-se à precedente divisão os três estados do homem considerado em relação à sociedade. O selvagem é caçador; o bárbaro, pastor; o homem civilizado, agricultor.

Quer, pois, procurando a origem das artes, quer observando os primeiros costumes, veremos que tudo se liga, em seu princípio, aos meios de atender à subsistência e, no que concerne àqueles desses meios que reúnem os homens, que são eles determinados pelo clima e pela natureza do solo.¹ Será, pois, também pelas mesmas causas que se deve explicar a diversidade das línguas e a oposição de seus caracteres.

Os climas amenos, os territórios abundantes e férteis foram os primeiros a se povoarem e os últimos onde se formaram nações porque neles os homens podiam com maior facilidade passar uns sem os outros e ainda porque as necessidades, que determinaram o nascimento da sociedade, aí se fizeram sentir mais tarde.

Suponde uma eterna primavera na terra; em todos os lugares, suponde água, gado, pastos; suponde os homens, saindo das mãos da natureza, e depois de dispersar-se num tal meio — não posso imaginar como um dia renunciariam à sua liberdade primitiva e deixariam

a vida isolada e pastoril, tão conveniente à sua indolência natural, para desnecessariamente impor-se a escravidão, os trabalhos e as misérias inseparáveis do estado social.

Aquele que quis que o homem fosse sociável pôs o dedo no eixo do globo e o inclinou sobre o eixo do universo. Com esse leve movimento, vejo a face da terra mudar-se e decidir-se a vocação do gênero humano; ouço ao longe os gritos insensatos de uma louca multidão; vejo construírem-se os palácios e as cidades; vejo nascerem as artes, as leis e o comércio; vejo os povos formarem-se, espalharem-se, sucederem-se como ondas do mar; vejo os homens reunidos em alguns pontos de seu território para aí se devorarem mutuamente e transformarem o resto do mundo num tremendo deserto, monumento digno da união social e da utilidade das artes.²

A terra nutre os homens, mas, quando as primeiras necessidades os dispersam, outras necessidades os reúnem e somente então falam e fazem falar de si. Para não cair em contradição, preciso que me dêem tempo para que possa explicar-me.

Quando se procura saber em que lugares nasceram os pais do gênero humano, de onde saíram as primeiras colônias, de onde vieram as primeiras emigrações, não podereis enumerar os climas agradáveis da Ásia Menor, da Sicília ou da África, nem mesmo o Egito; citareis as areias da Caldéia e os rochedos da Fenícia. Em todos os tempos encontrareis a mesma situação. A China, por mais que se povoe de chineses, povoa-se também de tártaros; os citas inundaram a Europa e a Ásia; as montanhas da Suíça atualmente lançam sobre nossas regiões férteis uma perpétua colônia que promete nunca se esgotar.

Dir-se-á natural que os habitantes de uma região hostil a deixem para ocupar uma melhor. Muito bem; mas por que essas regiões melhores, em lugar de formigarem de habitantes seus, se transformam em asilo dos outros? Para sair de uma região hostil é preciso estar nela e por que, então, nascem aí preferencialmente tantos homens? Parece mais razoável que devessem as regiões ingratas povoar-se unicamente com o excedente das férteis e vemos acontecer justamente o

2 Apartando-se de Hobbes e, também, dos jusnaturalistas, Rousseau define sua própria doutrina:

 o homem não é naturalmente sociável;
 a vida em sociedade é que, colocando-o em face do problema ético, pode levá-lo à guerra com os semelhantes.
 (N. de L. G. M.)

¹ Nessa proposição do problema das relações entre as condições naturais e os padrões de vida dos povos sente-se a clara influência de Montesquieu. Não se pode, porém, subestimar a substancial contribuição de Rousseau, que amplia e fecunda a idéia de que as condições do solo e clima influenciam as tendências peculiares aos povos, buscando marcar como as necessidades fundamentais se ligam a técnicas adequadas à sua satisfação e, num segundo passo, como esses complexos técnico-econômicos básicos vão, se não determinar, ao menos condicionar os padrões sociais que a seguir se desenvolvem.

¹ Não se pode conceber até que ponto o homem é naturalmente preguiçoso. Dir-se-ia que só vive para dormir, vegetar e ficar imóvel. Dificilmente consegue resolver-se a praticar os movimentos necessários para impedir que morra de fome. Nada quanto essa deliciosa indolência mantém nos selvagens o apegamento a seu estado. Só em sociedade nascem as paixões que tornam o homem inquieto, previdente e ativo. Nada fazer constitui a primeira e a mais forte paixão do homem, depois da de se conservar. Se bem se observasse, ver-se-ia que até entre nós cada um trabalha para alcançar o repouso, sendo, pois, ainda a preguiça que nos torna laboriosos. (N. do A.)

contrário. A maioria dos povos latinos dizia-se aborígine,¹ enquanto a magna Grécia, muito mais fértil, só era povoada por estrangeiros; todos os povos gregos originavam-se de várias colônias, salvo aquele cujo solo era o pior, o povo ático, que se dizia autóctone ou nascido de si mesmo. Finalmente, sem penetrar na noite dos tempos, os povos modernos oferecem uma observação decisiva, pois qual o clima mais triste do mundo senão o considerado a fábrica do gênero humano?²

As associações de homens são, em grande parte, obra dos acidentes da natureza — os dilúvios particulares, os mares extravasados, as erupções dos vulcões, os grandes terremotos, os incêndios despertados pelo raio e que destroem as florestas, tudo que atemorizou e dispersou os selvagens de uma região, depois reuniu-os para reparar em conjunto as perdas comuns. As tradições das desgraças da terra, tão freqüentes nos tempos antigos, mostram de quais instrumentos se serviu a Providência para forçar os seres humanos a se unirem. Depois que se estabeleceram as sociedades, cessaram esses grandes acidentes ou então se tornaram raros. Parece que isso continuará a acontecer — as mesmas infelicidades que reuniram os homens esparsos dispersaram aqueles que se reuniram.³

As mudanças das estações representam outra causa, mais geral e mais permanente, que deve produzir o mesmo efeito nos climas expostos a tal variação. Forçados a se abastecerem para o inverno, vêem-se os habitantes na contingência de se auxiliar mutuamente, coagidos a estabelecer entre si uma espécie de convenção. Quando se tornam impossíveis as expedições e o rigor do frio os faz parar, o tédio liga-os tanto quanto a necessidade. Os lapões, enterrados nos gelos, e os esquimós, que são o mais selvagem de todos os povos, no inverno reúnem-se nas suas cavernas e, no verão, não se conhecem mais. Se o seu grau de desenvolvimento e as suas luzes vierem a aumentar um pouco só, reunir-se-ão para sempre.

O estômago e o intestino do homem não são feitos para digerir carne crua e, em geral, não é ela do agrado do paladar. Com a talvez única exceção dos esquimós, de quem acabo de falar, até os próprios selvagens tostam as carnes. O fogo, além de ser útil para cozinhá-las, ainda apraz à vista e seu calor é agradável ao corpo. A visão das chamas, que faz os animais fugirem, atrai o homem.¹ Reúnem-se em torno de uma fogueira comum, aí se fazem festins, aí se dança. Os agradáveis laços do hábito aí aproximam, insensivelmente, o homem de seus semelhantes e, nessa fogueira rústica, queima o fogo sagrado que leva ao fundo dos corações o primeiro sentimento de humanidade.

Nas regiões quentes, as fontes e os rios desigualmente espalhados são outros pontos de reunião, tanto mais necessários quanto os homens menos podem viver sem água do que sem fogo. Sobretudo os bárbaros, que vivem de rebanhos, têm necessidade de bebedouros comuns e a história dos mais antigos tempos nos conta ter sido neles que se iniciaram tanto os seus tratados quanto as suas disputas.² A abundância de água pode retardar o estabelecimento da sociedade entre habitantes de lugares bem irrigados. Nas regiões áridas, pelo contrário, tiveram de se reunir para furar poços e para abrir canais a fim de dessedentar os animais. Nelas vêem-se homens associados desde tempos quase imemoriais, pois ou a região continuaria deserta ou então o trabalho humano a tornaria habitável.³ Entretanto, nossa tendência a tudo relacionar com nossos próprios usos desperta, a tal respeito, algumas reflexões necessárias.

O primeiro estado da terra diferia muito daquele em que se encontra hoje, quando a vemos ornamentada ou desfigurada pela mão do homem. Reinava nas suas produções o caos que os poetas imaginaram nos elementos. Nesses tempos remotos, nos quais freqüentemente sobrevinham revoluções, nos quais mil acidentes mudavam a natureza do solo e os aspectos do terreno, tudo crescia em confusão — árvores, legumes, arbustos, verduras —, espécie alguma tinha tempo de tomar para si o terreno que mais lhe convinha e nele asfixiar as demais; separaram-se lentamente, pouco a pouco, e depois sobreveio a confusão que tudo misturou.

¹ As palavras autóctores e aborígines significam somente que os primeiros habitantes da região eram selvagens, sem sociedade, sem leis, sem tradições, e que povoaram antes de falar. (N. do A.)

² Como vimos em nota anterior, Rousseau recusa-se aos mecanicismos climáticos ou fisiopsicológicos — para ele, os homens transformam-se porque são ativos. (N. de L. G. M.)

³ A função de fatores acidentais na evolução humana — que já conhecemos, sobretudo do segundo Discurso — aqui ressurge e sempre com o mesmo sentido, que não é propriamente o de um destino cego, como poderiam fazer crer os termos "azar" ou "acidente", mas o de estímulos eventuais da ação humana, enquanto esta, se não é irrestrita, sempre conserva uma margem de franco arbítrio no dirigir-se. (N. de L. G. M.)

O fogo, tanto quanto ao homem, causa grande prazer aos animais quando, habituados à sua vista, já experimentaram o seu agradável calor. Freqüentemente mesmo, não lhes seria menos titil do que a nós, pelo menos para aquecer os filhotes. No entanto, nunca se ouviu dizer que qualquer animal, selvagem ou doméstico, tenha adquirido suficiente indústria para fazer fogo, ainda que com nosso exemplo. Aí estão, entretanto, esses seres raciocinantes que dizem formar, em face do homem, uma sociedade fugitiva, e cuja inteligência, no entanto, não pode desenvolver-se ao ponto de tirar faíscas de um seixo e de recolhê-las ou, pelo menos, de conservar as fogueiras abandonadas! Os filósofos, posso jurar, mofam abertamente de nós. Pelo que escrevem, percebe-se perfeitamente que nos tomam por animais. (N. do A.)

² Vede o exemplo, tanto de um quanto de outro, no capítulo XXI do Gênesis, entre Abraão e Abimelec, a propósito do poço do juramento. (N. do A.)

V. notas anteriores. Dois exemplos opostos — a água e o fogo — produzem o mesmo efeito; se a natureza é estímulo, a necessidade criada pelo homem é que move e orienta a ação humana.

Existe uma tal relação entre as necessidades do homem e as produções da terra que basta povoar-se esta para que tudo subsista. Antes, porém, que os homens reunidos estabelecessem, por meio de seus trabalhos comuns, um equilíbrio entre as suas produções, teve a natureza de se incumbir sozinha desse equilíbrio que a mão dos homens hoje conserva — mantinha-o ou restabelecia-o por meio de revoluções, como os homens a mantêm ou restabelecem por sua inconstância. A guerra, que ainda não reinava entre eles, parecia reinar entre os elementos: os homens não queimavam cidades, não cavavam minas, nem abatiam árvores, mas a natureza acendia vulcões, excitava tremores de terra e o fogo do céu consumia as florestas. Um raio, um dilúvio, uma exalação conseguiam em poucas horas mais do que atualmente cem mil braços de homens no decorrer de um século. Sem isso, não vejo como o sistema pode subsistir e o equilíbrio manter-se. Nos dois reinos organizados, com o decorrer dos tempos, as grandes espécies haveriam de absorver as pequenas,1 a terra toda em pouco tempo ficaria recoberta tão-só de árvores e de animais ferozes e, afinal, tudo teria perecido.2

As águas aos poucos perderiam a circulação que vivificava a terra. As montanhas abatem-se e diminuem, os rios carreiam, o mar enche-se e eleva-se, tudo, insensivelmente, tende ao nível, porém a mão do homem retém essa tendência e retarda esse progresso; sem eles, tudo aconteceria mais rapidamente e a terra já estaria talvez sob as águas. Antes do trabalho humano, as fontes, mal distribuídas, espalhavam-se mais desigualmente, fertilizavam menos a terra e saciavam com maior dificuldade os seus habitantes. Os rios freqüentemente eram inacessíveis, com bordas escarpadas ou pantanosas; como a arte humana não os retinha nos seus leitos, comumente abandonavam-nos, extravasavam para a direita e para a esquerda, mudando a direção e o curso, dividindo-se em inúmeros braços. Às vezes secavam, às vezes areias movediças impediam de abordá-los e, assim, morria-se de sede no meio das águas.

1 Pretende-se que, por uma espécie de ação e de reação natural, as várias espécies do reino animal se manteriam por si mesmas numa perpétua oscilação que, para elas, representaria o equilibrio. Quando a espécie devoradora, segundo dizem, tiver se multiplicado demais a expensas da espécie devorado, não mais então encontrando meio de subsistência, será preciso que a primeira diminua e deixe à segunda o tempo de se reproduzir até que, de novo fornecendo abundante meio de subsistência à outra, esta novamente diminuirá, enquanto a espécie devoradora se reproduzirá outra vez. Mas não parece nada verossímil uma tal oscilação, pois, nesse sistema, impõe-se que haja uma época em que a espécie que serve de presa aumente, e diminua aquela que dela se nutre. O que me parece contra qualquer bom senso. (N. do A.)

Embora inesperada, a incursão pelo campo da evolução geral dos seres vivos (v., em particular, a nota de Rousseau) vem demonstrar não apenas o desejo de integrar os dados mais recentes no delineamento interpretativo senão ainda o desígnio de sublinhar a função dos elementos fortuitos em qualquer progressão evolutiva, ainda que não humana. (N. de L. G. M.)

Quantas regiões áridas só são habitáveis devido aos sangradouros e aos canais que os homens tiraram dos rios! Quase toda a Pérsia só subsiste graças a esse artifício; a China formiga de gente com o auxílio de numerosos desses canais; sem os dos Países Baixos, estes seriam inundados pelos rios, como o seriam pelo mar, sem os diques. O Egito, a região mais fértil da terra, só é habitável devido ao trabalho do homem; nas grandes planícies, desprovidas de rios e cujo solo não possui uma inclinação suficiente, só se pode recorrer aos poços. Se, pois, os primeiros povos, a que se faz menção na História, não habitavam regiões férteis ou margens acessíveis, não é porque esses sítios acolhedores fossem desérticos, mas porque seus numerosos habitantes, podendo ignorar-se uns aos outros, por mais tempo viveram no seio de suas famílias, isolados e sem comunicação. Mas, nas regiões áridas, nas quais só os poços forneciam água, tiveram de reunir-se para caválos, ou, pelo menos, combinarem o seu uso. Terá sido essa a origem das sociedades e das línguas nas regiões quentes.1

Aí se formaram os primeiros laços de família e aí se deram os primeiros encontros entre os dois sexos. As moças vinham procurar água para a casa, os moços para dar de beber aos rebanhos. Olhos habituados desde a infância aos mesmos objetos, começaram aí a ver outras coisas mais agradáveis. O coração emocionou-se com esses novos objetos, uma atração desconhecida tornou-o menos selvagem, experimentou o prazer de não estar só. A água, insensivelmente, tornou-se mais necessária, o gado teve sede mais vezes: chegava-se açodadamente e partia-se com tristeza. Nessa época feliz, na qual nada assinalava as horas, nada obrigava a contá-las, e o tempo não possuía outra medida além da distração e do tédio. Sob velhos carvalhos, vencedores dos anos, uma juventude ardente aos poucos esqueceu a ferocidade. Acostumaram-se gradativamente uns aos outros e, esforçando-se por fazer entender-se, aprenderam a explicar-se. Aí se deram as primeiras festas — os pés saltavam de alegria, o gesto ardoroso não bastava e a voz o acompanhava com acentuações apaixonadas; o prazer e o desejo confundidos faziam-se sentir ao mesmo tempo. Tal foi, enfim, o verdadeiro berço dos povos — do puro cristal das fontes saíram as primeiras chamas do amor.2

2 A hipótese explicativa deve ser aceita como tal. Seguem-se as ressalvas relativas aos grupos, por assim dizer, naturais — que, como já se tornou óbvio, representam outra hipótese não-histórica. (N. de L. G. M.)

¹ Entrosam-se, pois, a evolução natural geral e a evolução particular do homem, conservando, porém, caracteres peculiares. A ação humana mostra-se bastante fraca em face do processo natural, porém seus efeitos são decisivos, se tivermos em conta menos as alterações que o homem impõe à natureza do que a transformação de si mesmo a que, para tanto, está obrigado. Nada, pois, resta em Rousseau da ordem preestabelecida e inalterável dos jusnaturalistas. (N. de L. G. M.)

Mas, como? Nesse tempo os homens nasciam da terra? Sucediam-se as gerações sem que os dois sexos se unissem e sem que ninguém se entendesse? Não. Havia famílias, mas não havia nações; havia línguas domésticas, mas nenhuma língua popular; havia casamentos, mas não amor. Cada família bastava-se a si mesma e perpetuava-se unicamente pelo sangue; os filhos nascidos dos mesmos pais cresciam juntos e aos poucos encontravam meios de se explicarem entre si; os sexos com a idade se distinguiam, a inclinação natural era suficiente para uni-los, o instinto ocupava o lugar da paixão, o hábito o da preferência, passava-se a marido e esposa sem deixar de ser irmão e irmã.1 Não havia nisso nada de muito estimulante para desembrulhar a língua, nada que pudesse com bastante frequência arrancar os acentos das paixões ardentes a fim de transformá-los em instituições, e o mesmo se pode dizer das necessidades raras e pouco exigentes que poderiam levar certos homens aos trabalhos comuns. Um começava a bacia da fonte e o outro a acabava a seguir, frequentemente sem necessidade de nenhum acordo e, algumas vezes, até sem se terem visto. Numa palavra, nos climas amenos, nos terrenos férteis, precisou-se de toda a vivacidade das paixões agradáveis para levar os seus habitantes a começarem a falar. As primeiras línguas, filhas do prazer e não da necessidade, durante muito tempo carregaram o ensinamento de seu pai: o seu acento sedutor só desapareceu com os mesmos sentimentos que o tinham despertado, quando novas necessidades introduzidas entre os homens obrigaram cada um a só pensar em si mesmo e a fazer com que seu coração ficasse só dentro de si mesmo.2

CAPÍTULO X

FORMAÇÃO DAS LÍNGUAS DO NORTE

COM O DECORRER dos tempos, todos os homens se tornam semelhantes, porém é diferente a ordem de seu progresso. Nos climas meridionais, onde a natureza é pródiga, as necessidades nascem das paixões; nas regiões frias, onde ela é avara, as paixões nascem das necessidades,¹ e as línguas, tristes filhas da necessidade, ressentem-se de sua áspera origem.

Ainda que o homem se habitue com as intempéries, com o frio, com a penúria e até com a fome, há, contudo, um ponto em que a natureza sucumbe — nas garras dessas provações cruéis tudo que é débil perece e tudo mais se fortalece. Não há um ponto intermediário entre o vigor e a morte. Por isso os povos setentrionais são tão robustos, pois o são não porque o clima os fez assim, mas porque só respeitou os que assim eram, não sendo de admirar que os filhos conservassem a boa constituição dos pais.

Compreende-se, desde logo, que os homens mais robustos devem possuir órgãos menos delicados, suas vozes devem ser mais ásperas e mais fortes. Aliás, que diferença enorme existe entre as inflexões comovedoras que resultam dos frêmitos da alma e os gritos arrancados pelas necessidades físicas! Nesses tremendos climas, nos quais durante nove meses do ano tudo está morto, o sol só aquece o ar durante poucas semanas, parecendo que o faz unicamente para dizer aos ha-

¹ Foi preciso que os primeiros homens desposassem suas irmãs. Na simplicidade dos primeiros costumes, esse uso se perpetuou sem inconvenientes enquanto as famílias permaneceram isoladas, e mesmo depois da reunião dos povos mais antigos. A lei que o aboliu, no entanto, não é menos sagrada por ser de instituição humana. Aqueles que só a consideram pelo liame que forma entre as famílias não vêm seu aspecto mais importante. Na familiaridade que o comércio doméstico necessariamente estabelece entre os dois sexos, a partir do momento em que uma lei tão santa deixasse de falar ao coração e de impor se aos sentidos, não haveria mais honestidade entre os homens e os mais terríveis costumes logo determinariam a destruição do gênero humano. (N. do A.)

² Não há, pois, uma correspondência necessária entre o que é social e o que é mau, como fariam supor certas interpretações esquemáticas do pensamento de Rousseau. Pelo contrário, o elemento pernicioso só se instala entre os homens vivendo em grupo quando um se apropria egoisticamente do que deve ser de todos. Esse tema ético geral é o mesmo que, no plano político, dá fundamento à exposição crítica do Discurso sobre a Desigualdade e irá inspirar as normas práticas do Contrato Social. (N. de L. G. M.)

¹ Como as paixões que derivam de necessidades implicam novas necessidades, impõe-se esclarecer o jogo de palavras deste trecho, que apenas quer indicar como, em certas condições, imperam as necessidades básicas individuais e, em outras, as necessidades resultantes já dos contatos sociais. De qualquer forma, é sempre a necessidade, motor da vida coletiva, que cria e tempera as línguas, como e por que cria as sociedades: cada qual com sua fisionomia própria, porém todas animadas por um mesmo impulso. (N. de L. G. M.)

bitantes de que bens estão privados e para acentuar-lhes a miséria; nesses lugares em que a terra nada dá, senão com muito trabalho, e onde a fonte da vida parece estar muito mais nos braços do que no coração, os homens, ocupados incessantemente em atender à subsistência, dificilmente pensavam em laços mais doces: tudo se limitava ao impulso físico — a ocasião determinava a escolha, e a facilidade, a preferência. A ociosidade, que alimenta as paixões, cedeu lugar ao trabalho, que as recalca. Antes de pensar em viver feliz, tinha-se de pensar em viver. A sociedade só se formou pela indústria, porquanto a necessidade mútua unia muito mais os homens do que o teria feito o sentimento. Sempre presente, o perigo de perecer não permitia que se limitassem à língua do gesto, e entre eles a primeira palavra não foi amai-me, mas ajudai-me.

Esses dois termos, embora muito semelhantes,¹ são pronunciados em tom bem diferente. Nada se tinha a fazer sentir e tudo a fazer compreender; não se tratava de energia, mas de clareza. O acento, que o coração não fornecia, foi substituído por articulações fortes e sensíveis e, se houve na forma da linguagem alguma impressão natural, tal impressão contribuiu ainda mais para a sua dureza.

Com efeito, os homens setentrionais não deixam de possuir paixões, mas as possuem de outro tipo. As das regiões quentes são voluptuosas, prendendo-se ao amor e à ternura. A natureza faz tanto pelos habitantes que estes quase não sentem necessidade de fazer algo. Para um asiático sentir-se satisfeito, basta ter mulher e repouso, mas no norte, onde os habitantes consomem muito num solo ingrato, os nomens submetidos a tantas necessidades mostram-se fáceis de irritar. Tudo que sucede à sua volta os inquieta e, como só subsistem com dificuldade, quanto mais pobres são tanto mais questão fazem do pouco que possuem. Abordá-los equivale a atentar contra sua vida. Daí resulta o seu temperamento irascível, tão predisposto a se transformar em fúria contra quantos os atingem. Por isso, os seus sons mais naturais são os da cólera e das ameaças, e essas vozes sempre se acompanham de articulações fortes, que as tornam ásperas e estridentes.

CAPÍTULO XI

REFLEXÕES SOBRE ESSAS DIFERENÇAS

AIS SÃO, NA MINHA opinião, as causas físicas mais gerais da diferença característica das línguas primitivas. As do sul tiveram de ser vivas, sonoras, acentuadas, eloquentes e frequentemente obscuras, devido à energia. As do norte surdas, rudes, articuladas, gritantes, monótonas e claras, devido antes à força das palavras do que a uma boa construção. As línguas modernas, centenas de vezes misturadas e refundidas, ainda conservam alguma coisa dessas diferenças: o francês, o inglês e o alemão são a linguagem particular dos homens que se auxiliam, que raciocinam com sangue-frio, ou de pessoas coléricas que brigam, porém os ministros dos deuses anunciando os mistérios sagrados, os sábios dando leis ao povo, os chefes arrastando a multidão, devem falar árabe ou persa. Nossas línguas valem mais escritas do que faladas; lêem-nos com mais prazer do que nos escutam. Pelo contrário, as línguas orientais perdem, escritas, sua vida e calor. O sentido só em parte está nas palavras, toda a sua força reside nos acentos. Julgar o gênio dos orientais pelos seus livros é querer pintar um homem tendo por modelo seu cadáver.

Para apreciar as ações dos homens, impõe-se levar em consideração todas as suas relações, coisa que jamais nos ensinam a fazer: quando nos colocamos no lugar dos outros, o fazemos tal como já somos, modificados, e não como devem ser eles, e, quando pensamos julgá-los baseados na razão, só conseguimos comparar seus preconceitos com os nossos. Alguém, por saber ler um pouco de árabe, sorri ao folhear o Alcorão, mas, se tivesse ouvido Maomé a proclamá-lo,

¹ Em francês, efetivamente, aimez-moi e aidez-moi distinguem-se por uma única consoante. (N. da T.)

¹ O turco é uma língua setentrional. (N. do A.)

em pessoa, nessa língua eloqüente e cadenciada, com aquela voz sonora e persuasiva que seduzia o ouvido antes de seduzir o coração e animando incessantemente suas sentenças com o acento do entusiasmo, prostrar-se-ia ao solo, gritando: "Grande profeta, enviado de Deus! levai-me até a glória e o martírio; desejamos vencer ou morrer por vós". O fanatismo sempre nos pareceu ridículo porque não encontra entre nós uma voz para se fazer ouvir. Os nossos fanáticos não são verdadeiros fanáticos: não passam de espertalhões ou de loucos. Nossas línguas, em vez de possuírem inflexões convenientes aos inspirados, só têm gritos para os possuídos pelo diabo.

CAPÍTULO XII

ORIGEM E RELAÇÕES DA MÚSICA¹

COM AS PRIMEIRAS vozes formaram-se as primeiras articulações ou os primeiros sons, segundo o gênero das paixões que ditavam estes ou aquelas. A cólera arranca gritos ameaçadores, que a língua e o palato articulam, porém a voz da ternura, mais doce, é a glote que modifica, tornando-a um som. Sucede, apenas, que os acentos são nela mais frequentes ou mais raros, as inflexões mais ou menos agudas, segundo o sentimento que se acrescenta. Assim, com as sílabas nascem a cadência e os sons: a paixão faz falarem todos os órgãos e dá à voz todo o seu brilho; desse modo, os versos, os cantos e a palavra têm origem comum. A volta das fontes de que falei, os primeiros discursos constituíram as primeiras canções; as repetições periódicas e medidas do ritmo e as inflexões melodiosas dos acentos deram nascimento. com a língua, à poesia e à música, ou melhor: tudo isso não passava da própria língua naqueles felizes climas e encantadores tempos em que as únicas necessidades urgentes que exigiam o concurso de outrem eram as que o coração despertava.

Foram em verso as primeiras histórias, as primeiras arengas, as primeiras leis. Encontrou-se a poesia antes da prosa, e haveria de assim suceder, pois que as paixões falaram antes da razão. A mesma coisa aconteceu com a música. A princípio não houve outra música além da melodia, nem outra melodia que não o som variado da palavra; os acentos formavam o canto, e as quantidades, a medida; falava-se tanto pelos sons e pelo ritmo quanto pelas articulações e pelas vozes.

¹ Provavelmente este Ensaio inicialmente se destinava a tratar da música (v. introdução e nota nº 1), sendo pois de crer-se que aqui se iniciaria, propriamente, a discussão central que, nesta edição, passa a ter interesse secundário. (N. de L. G. M.)

Segundo Estrabão, outrora dizer e cantar eram o mesmo, o que mostra, acrescenta ele, que a poesia é a fonte da eloqüência.¹ Seria melhor dizer que tanto uma quanto outra tiveram a mesma fonte e a princípio foram uma única coisa. Levando-se em consideração o modo pelo qual se ligaram as primeiras sociedades, pode sentir-se surpreendido pelo fato de terem sido as primeiras histórias escritas em verso e que se cantassem as primeiras leis? Será motivo de admiração terem os primeiros gramáticos submetido sua arte à música e serem, ao mesmo tempo, professores de uma e de outra?²

Uma língua que não tenha, pois, senão articulações e vozes possui somente a metade de sua riqueza; na verdade, transmite idéias, mas, para transmitir sentimentos e imagens, necessitam-se ainda ritmos e de sons, isto é, uma melodia: eis o que a língua grega possuía, e falta à nossa.

Sempre nos admiramos com os efeitos prodigiosos da eloqüência, da poesia e da música entre os gregos; tais efeitos não mais se combinam em nossas cabeças porque não mais atingimos coisas semelhantes, e o máximo que conseguimos de nós mesmos, ao vê-los tão bem expostos, é fingir acreditar neles para não desgostar os nossos sábios.³ Burette, tendo traduzido, como pôde, em notas de nossa música alguns trechos de música grega, teve a ingenuidade de fazer executá-los na Academia de Letras e os acadêmicos tiveram a paciência de ouvi-los. Admiro-me dessa experiência num país cuja música é indecifrável para qualquer outra nação. Mandai músicos estrangeiros de vossa escolha executar um monólogo de ópera francesa e vos desafio a reconhecê-lo. Não obstante, são esses mesmos franceses que pretendiam julgar a melodia de uma ode de Píndaro posta em música há dois mil anos!

1 Geogr., Liv. I. (N. do A.)

2 "Archytas atque Aristoxenes etiam subjectam grammaticen musicae putaverunt, et eosdem utriusque rei praeceptores fuisse... Tum Eupolis, apud quem Prodamus et musicen et litteras docet. Et Maricas, qui est Hyperbolus, nihil se ex musicis scire nisi littras confitetur." (Quintil., Lib. I, cap. X.)" (N. do A.) ""Além disso, Arquitas e Aristóxeno julgavam que a gramática estivesse subordinada à música e que eles próprios eram preceptores de uma e de outra dessas artes... Por outro lado, há Éupolis, em casa de quem Prôdamus ensinava não só a música mas também as primeiras letras. E também Maricas, que é Hipérbolo, admite que o que sabe de música nada mais é que gramática." (Quintillano, 1. J. c. X.) (N. de L. G. M.)

Sem dúvida, em certa medida se deverá descontar o exagero grego, mas será também conceder demais ao preconceito moderno levar essas reduções a ponto de fazerem desaparecer todas as diferenças. "Quando a música dos gregos do tempo de Anfião e de Orfeu", diz o Padre Terrasson, "estava no ponto em que hoje se encontra nas cidades mais distantes da capital, é que suspendia o curso dos rios, atraía os carvalhos e fazia os rochedos se moverem. Atualmente, quando alcançou tão alto ponto de perfeição, gosta-se muito dela, penetra-se mesmo em suas belezas, mas ela deixa tudo em seu lugar. A mesma coisa aconteceu com os versos de Homero, poeta nascido nos tempos em que ainda se ressentiam da infância do espírito humano, em comparação com aqueles que os seguiram. Extasiaram-se com seus versos; hoje contentam-se em saborear e apreciar os dos bons poetas." Não se pode negar possuir o Padre Terrasson alguma filosofia, mas não é certamente nesse trecho que o demonstrou. (N. do A.)

Li que, outrora, na América, os índios, vendo os efeitos surpreendentes das armas de fogo, recolheram do chão as balas de mosquetão e depois, lançando-as com a mão ao mesmo tempo que produziam forte ruído com a boca, surpreendiam-se por não matarem ninguém. Assemelham-se a esses índios os nossos oradores, músicos e sábios. O prodígio não está em que não consigamos o que faziam os gregos com sua música, mas estaria, sim, em produzir, com instrumentos tão diversos, os mesmos efeitos.

CAPÍTULO XIII

Da Melodia

NINGUÉM DUVIDA que o homem seja modificado pelos seus sentidos, mas, por não podermos distinguir tais modificações, confundimos-lhes as causas. Reconhecemos um domínio excessivo, mas também insuficiente das sensações, não percebendo que freqüentemente não só nos afetam como sensações mas ainda como sinais e imagens, e que seus efeitos morais também possuem causas morais. Tal como os sentimentos despertados em nós pela pintura não vêm das cores, o império que a música possui sobre nossa alma não é obra dos sons.¹ Belas cores bem graduadas agradam à vista, mas tal prazer é uma sensação pura. São o desejo e a imitação que conferem vida e alma a essas cores, são as paixões por elas reveladas que comovem as nossas, são os objetos por elas representados que nos afetam. O interesse e o sentimento não dependem das cores. Os traços de um quadro tocante também tocam numa estampa. Tirai os traços de um quadro e as cores nada serão.

A melodia constitui exatamente, na música, o que o desenho representa na pintura — assinala traços e figuras, nos quais os acordes e os sons não passam de cores. Mas, dir-me-ão, a melodia não passa de uma sucessão de sons. Sem dúvida, mas o desenho também nada mais é do que um arranjo de cores. Um orador serve-se da tinta para escrever suas obras, porém isso significará ser a tinta um licor de forte eloqüência?

¹ Todo o capítulo se desenvolverá em torno desse paralelo entre a música e a pintura que, aliás, não possui grande consistência do ponto de vista psicológico e estético, além de pagar pesado tributo ao mau princípio de aquilatar a obra de arte apenas pelo elemento comunicativo, como era de hábito no século XVIII. Não obstante, sem que se possa explicar por que, Rousseau, levando o seu raciocínio às últimas conseqüências, acaba por profetizar o aparecimento de uma pintura não figurativa — tal qual só se viria a conhecer no século XX. (N. de L. G. M.)

Suponde um país em que não se tenha nenhuma idéia do desenho, mas no qual muita gente, que passasse os dias combinando, misturando e matizando as cores, se considerasse em primeiro plano na pintura. Essas pessoas julgariam a nossa pintura exatamente como fazemos com a música dos gregos. Quando lhes falassem da emoção despertada em nós por belos quadros e de como é admirável comover-se com um assunto patético, seus sábios imediatamente aprofundar-se-iam na matéria, comparariam suas cores com as nossas, examinariam se nosso verde é mais suave ou o vermelho mais brilhante, procurariam quais os acordes de cor que podem despertar o pranto, quais os que podem encolerizar. Os Burette de tal país reuniriam em trapos velhos alguns fragmentos desfigurados de nossos quadros e depois perguntariam, surpreendidos, o que existe de tão maravilhoso nesse colorido.

Se, em qualquer nação vizinha, se começasse a formar um traço qualquer, um certo esboço, uma figura ainda imperfeita, tudo isso passaria por garatujas, por uma pintura caprichosa e barroca, e se apegariam, para preservar o gosto, a esse belo simples que, na verdade, nada exprime, mas que faz esplender matizes bonitos, grandes planos bem coloridos e vastas gradações de tons sem nenhuma linha.

Finalmente, devido ao progresso, chegar-se-ia talvez à experiência do prisma. Logo algum artista célebre nela basearia um esplêndido sistema. "Senhores", diria aos demais, "para filosofar impõe-se recorrer às causas físicas. Aí estão a decomposição da luz, todas as cores primitivas, suas relações, proporções e os verdadeiros princípios do prazer que a pintura desperta em vós. Palavras misteriosas, como desenho, representação, figura, são mera charlatanice dos pintores franceses que, por suas imitações, esperam despertar não sei que movimentos na alma, quando se sabe que nela só existem as sensações. Já vos disseram maravilhas sobre seus quadros; vede, porém, minhas cores.

"Os pintores franceses", continuaria, "observaram talvez o arcoíris e colheram da natureza certo gosto das gradações e algum instinto do colorido. Eu, de minha parte, mostrei-vos os grandes e verdadeiros princípios da arte. Que digo? Da arte? Não! De todas as artes, senhores, de todas as ciências. Somente a análise das cores, o cálculo das refrações do prisma podem dar-vos as relações exatas que estão na natureza e a regra de todas essas relações. Ora, tudo no universo não é senão relação. Sabe-se tudo, pois, quando se sabe pintar: sabe-se tudo quando se sabe juntar as cores."

Que diríamos de um pintor tão desprovido de sentimentos e de gosto para assim raciocinar, limitando estupidamente ao aspecto físico

de sua arte o prazer despertado em nós pela pintura? Que diríamos do músico que, cheio de preconceitos semelhantes, acreditasse ver unicamente na harmonia a fonte dos grandes efeitos da música? Mandaríamos o primeiro colorir painéis e condenaríamos o outro a compor óperas francesas.

Como, pois, a pintura não é a arte de combinar algumas cores de um modo agradável à vista, também a música não é a arte de combinar os sons de uma maneira que agrade ao ouvido. Se só fossem isso, tanto uma quanto outra figurariam entre as ciências naturais e não entre as belas-artes. Somente a imitação as eleva até esse grau. Ora, que faz da pintura uma arte de imitação? — o desenho. E da música? — a melodia.

CAPÍTULO XIV

Da Harmonia

A BELEZA DOS SONS pertence à natureza; seu efeito é puramente físico e resulta do concurso de várias partículas de ar postas em movimento pelo corpo sonoro e por todas as suas alíquotas, talvez ao infinito, dando esse conjunto uma sensação agradável. Todos os homens do universo experimentarão prazer ouvindo belos sons, mas, se inflexões melodiosas que lhes sejam familiares não os animarem, esse prazer não será delicioso, nem se transformará em voluptuosidade. Os mais belos cantos ao nosso gosto sempre impressionarão mediocremente um ouvido não acostumado a eles. São uma língua cujo dicionário se precisa conhecer.

A harmonia propriamente dita encontra-se em situação ainda menos favorável. Possuindo apenas belezas de convenção, jamais agrada a ouvidos que não se instruíram a esse respeito e só com reiterado hábito poder-se-á senti-la e saboreá-la. Os ouvidos rústicos só ouvem ruídos em nossas consonâncias. Quando se alteram as proporções naturais, não é de espantar que não exista mais o prazer natural.

Um som traz consigo todos os sons harmônicos concomitantes, naquelas relações de força e de intervalos que devem ter entre si para causar a mais perfeita harmonia desse mesmo som. Juntai-lhe uma terça ou uma quinta, ou qualquer outra consonância, e não a estareis juntando, mas sim redobrando-a, pois estareis conservando a relação intervalar, porém alterando a de força. Reforçando uma consonância e não as outras, rompeis a proporção. Desejando fazer melhor do que a natureza, fazeis pior. Vossos ouvidos e vosso gosto estragaram-se por uma arte mal compreendida. Naturalmente, só existe a harmonia do unissono.

O Sr. Rameau pretende que os timbres altos de uma certa sim-

plicidade sugerem naturalmente seus baixos e que um homem possuidor de bom ouvido, embora não exercitado, naturalmente entoará esse baixo. Eis um preconceito de músico, desmentido por toda e qualquer experiência. Não somente aquele que não tiver escutado nem o baixo nem a harmonia não poderia por si só encontrar essa harmonia ou esse baixo, como também desagradá-lo-iam caso os ouvisse, pois gostaria muito mais do simples uníssono.

Mesmo que se calculasse, durante milhares de anos, as relações dos sons e as leis da harmonia, como se poderia fazer um dia dessa arte uma arte de imitação? Onde está o princípio dessa pretensa imitação? De que é sinal a harmonia? E o que existe de comum entre os acordes e nossas paixões?

Fazendo-se a mesma pergunta quanto à melodia, a resposta virá por si mesma: já está de antemão no espírito dos leitores. A melodia, imitando as inflexões da voz, exprime as lamentações, os gritos de dor ou de alegria, as ameaças, os gemidos. Devem-se-lhe todos os sinais vocais das paixões. Imita as inflexões das línguas e os torneios ligados, em cada idioma, a certos impulsos da alma. Não só imita como fala, e sua linguagem, inarticulada mas viva, ardente e apaixonada, possui cem vezes mais energia do que a própria palavra. Disso provém a força das imitações musicais e nisso reside o império do canto sobre corações sensíveis. Em certos sistemas, a harmonia pode concorrer para tanto, ligando a sucessão de sons por algumas leis de modulação, tornando as entonações mais justas e levando ao ouvido um testemunho fidedigno dessa justeza, aproximando e fixando inflexões inapreciáveis a intervalos consonantes e ligados. Mas, oferecendo também embaraços à melodia, tira-lhe a energia e a expressão, apaga a acentuação apaixonada para substituí-la pelo intervalo harmônico: submete-nos unicamente a dois únicos modos de cantar, quando deveria haver tantos quantos são os tons oratórios; apaga e destrói multidões de sons ou de intervalos que não entram no seu sistema; em uma palavra, de tal modo separa o canto da palavra que essas duas linguagens se combatem, se contrariam, tiram uma da outra qualquer caráter de verdade e, num tema patético, não podem unir-se sem absurdo. Por isso, o povo sempre acha ridículo exprimir-se em canto as paixões fortes e sérias, pois sabe que em nossas línguas essas paixões não têm inflexões musicais e que os homens do norte, como os cisnes, não morrem cantando.

A harmonia sozinha é, em si mesma, insuficiente para as expressões que parecem depender unicamente dela. A tempestade, o murmúrio das águas, os ventos, as borrascas, não são bem transmitidos por simples acordes. De qualquer modo que se faça, somente o ruído nada diz ao espírito, tendo os objetos de falar para se fazerem ouvir e sendo sempre necessário, em qualquer imitação, que uma espécie de discurso substitua a voz da natureza. Engana-se o músico que quer reproduzir o ruído pelo próprio ruído. Desconhece tanto a força quanto a fraqueza de sua arte, formando juízos sem gosto e sem discernimento.

Ensinai-lhe que precisa produzir o ruído pelo canto; que, se quisesse fazer as rãs coaxarem, seria preciso fazê-las cantar, pois não lhe basta imitar: impõe-se emocionar e agradar. Sem isso, sua imitação enfadonha nada será e, não despertando interesse em ninguém, não causa nenhuma impressão.

CAPÍTULO XV

DE COMO NOSSAS MAIS VIVAS SENSAÇÕES FREQÜENTEMENTE AGEM POR MEIO DE IMPRESSÕES MORAIS

ENQUANTO SE continuar considerando os sons unicamente pela excitação que despertam em nossos nervos, de modo algum se terá verdadeiros princípios da música, nem noção de seu poder sobre os corações. Os sons, na melodia, não agem em nós apenas como sons, mas como sinais de nossas afeições, de nossos sentimentos. Desse modo despertam em nós os movimentos que exprimem e cuja imagem neles reconhecemos. Até entre os animais se percebe qualquer coisa desse efeito moral.¹ O latido de um cão chama outro. Se meu gato me ouve imitar um miado, logo o vejo atento, inquieto e agitado, mas, percebendo ser eu quem estava imitando a voz de seu semelhante, acalma-se e fica em repouso. Por que essa diferença de impressão, uma vez que tal diferença não existe na excitação das fibras, pois o próprio gato enganou-se a princípio?

Se o maior dos impérios que sobre nós possuem as nossas sensações não advém de causas morais, por que então somos nós tão sensíveis a impressões que são nulas para os bárbaros? Por que as nossas músicas mais comovedoras não passam, ao ouvido de um caraíba, de um ruído qualquer? Seus nervos são de natureza diversa da

¹ Embora não disponha das distinções mais bem marcadas de que hoje nos servimos, Rousseau deseja sublinhar a distância que vai da pura sensação fisiopsicológica ao sentimento de claro conteúdo ético. Efetivamente, se o sentimento, em si, pode decorrer de uma sensação, não adquirirá sentido moral sem o segundo e essencial elemento, que é a relação com o semelhante. O exemplo oferecido, malgrado o caráter bastante precário da psicologia animal, que então não passava de primário empirismo, é formulado, contudo, de maneira cautelosa e destina-se apenas a sublinhar o correspondente caso humano. (N. de L. G. M.)

dos nossos? Por que não são também eles atingidos? Ou por que essas mesmas comoções afetam tanto a uns e tão pouco a outros?

Cita-se, como prova do poder físico dos sons, a cura das picadas de tarântula.¹ Tal exemplo prova justamente o contrário. As pessoas picadas por esse inseto, para se curar, não precisam nem de sons absolutos nem mesmo de árias, mas sim de árias cuja melodia lhes seja conhecida e cujas frases compreendam. Os italianos necessitam de árias italianas; os turcos, de árias turcas. Cada um só é afetado pelos acentos que lhe são familiares, seus nervos só se prestam a isso quando seu espírito os dispõe para tal — impõe-se que compreendam a língua que lhes falam, para que o que lhes dizem os ponha em movimento. Contam que as cantatas de Bernier curaram a febre de um músico francês. Elas dariam febre a um músico de qualquer outra nação.

Nos outros sentidos, até no mais grosseiro de todos, podem-se observar as mesmas diferenças. Que mudança de impressão se produz quando um homem, tendo posta a mão e fixado o olho no mesmo objeto, acredita-o sucessivamente animado e inanimado, ainda que os sentidos sejam atingidos do mesmo modo? O arredondado, a brancura, a firmeza, o doce calor, a resistência elástica, o arfar repetido, não lhe oferecem mais do que uma impressão agradável, porém insípida, se não acreditar sentir um coração cheio de vida a palpitar por sob tudo isso.

Só conheço um sentido em cujas sensações não se mistura nada de moral — é o paladar. Também a gulodice só é vício dominante naqueles que nada sentem.

Quem desejar filosofar sobre a força das sensações, comece, pois, por afastar, das impressões puramente sensuais, as impressões intelectuais e morais que recebemos por via dos sentidos, mas das quais estes só são causas ocasionais; evite o erro de conferir aos objetos sensíveis um poder que não possuem ou derivados das afeições da alma que nos sugerem. As cores e os sons têm grande poder como representações e sinais, porém pequeno como simples objetos dos sentidos. Conjuntos de sons e de acordes talvez me distraiam por um momento, mas, para encantar-me e comover-me, esses conjuntos precisam oferecer-me algo que não seja nem acorde nem som e que, apesar de mim mesmo, me emocione. Até os cantos, quando só são agradáveis

e nada dizem, também cansam, pois não é tanto o ouvido que leva o prazer ao coração quanto este que o conduz até ao ouvido. Creio que se desenvolvêssemos melhor estas idéias, poupar-se-iam muitos raciocínios tolos sobre a música antiga. Mas, neste século em que se esforçam por materializar todas as operações da alma e destituir os sentimentos de qualquer moralidade, muito me enganarei se a nova filosofia não se tornar tão funesta ao bom gosto quanto à virtude.

¹ A medicina popular recomendava, para curar os efeitos da picada venenosa da tarântula, que o paciente dançasse ao som de música, afirmando outros que o envenenado se sentia impelido a dançar. Daí a "tarantela" tiraria seu nome. (N. de L. G. M.)

CAPÍTULO XVI

FALSA ANALOGIA ENTRE AS CORES E OS SONS

NÃO HÁ ESPÉCIE de absurdo que as observações físicas não tenham propiciado nas considerações sobre as belas-artes. Na análise dos sons encontraram-se as mesmas relações que na da luz. Encareceu-se imediatamente essa analogia, sem se dar atenção à experiência e à razão. O espírito de sistema tudo confundiu e, como não se soubesse pintar para os ouvidos, resolveu-se cantar para os olhos. Vi aquele famoso cravo no qual se pretendia fazer música com cores. Tal fato resultava de um conhecimento assaz errôneo das operações da natureza e de não se reconhecer que o efeito das cores reside na sua permanência e o dos sons na sua sucessão.¹

Todas as riquezas do colorido expõem-se ao mesmo tempo na face da terra; ao primeiro golpe de vista, vê-se tudo. Mas, quanto mais se olha, mais se fica encantado, tem-se somente de admirar e contemplar continuamente.

Tal não acontece com o som. A natureza não o analisa e não o separa dos harmônicos: ao contrário, esconde-os sob a aparência do uníssono ou, se por vezes os separa no canto modulado do homem e no gorjeio de alguns pássaros, o faz sucessivamente, um após outro, inspirando cantos e não acordes, ditando a melodia e não a harmonia. As cores são o adorno dos seres inanimados, toda a matéria é colorida, mas os sons anunciam o movimento, e a voz, um ser sensível. Só os

¹ Neste capítulo se reduz o paralelo do capítulo XII à simples questão da comunicabilidade da emoção estética e de seus conteúdos éticos, pois a diferença da natureza física entre o som e a cor e, correspondentemente, a especificidade das sensações por um e por outra provocadas serão indicadas com vigor e precisão. (N. de L. G. M.)

corpos animados cantam. Não é o flautista automático que toca a flauta, mas o mecânico que mediu o sopro e fez os dedos se moverem.

Assim, cada sentido possui seu próprio campo. O campo da música é o tempo; o da pintura, o espaço. Multiplicar os sons ouvidos ao mesmo tempo ou desenvolver as cores umas após outras será mudar-lhes a economia, colocar o olho no lugar do ouvido e vice-versa.

Dizeis: como cada cor se determina pelo ângulo de refração do raio que a dá, também cada som é determinado pelo número das vibrações do corpo sonoro, num dado tempo. Ora, sendo as mesmas as relações desses ângulos e desses números, é evidente a analogia. Pode ser, mas tal analogia é racional e não sensível; o problema é outro. Em primeiro lugar, o ângulo de refração é sensível e mensurável, e o número de refrações não o é. Os corpos sonoros, submetidos à ação do ar, incessantemente mudam de dimensões e de sons. As cores são duradouras, os sons acabam e nunca se pode ter a certeza de que aqueles que renascem sejam os mesmos que se extinguiram. Ademais, cada cor é absoluta, independente, enquanto para nós cada som só é relativo e só pode ser distinguido por comparação. Um som não possui em si mesmo nenhum caráter absoluto que contribua para o seu reconhecimento. É grave ou agudo, forte ou suave em relação a um outro; em si mesmo não é nada disso. No sistema harmônico, um som qualquer naturalmente também nada é; não é tônico, dominante, harmônico ou fundamental, porque todas essas propriedades não passam de relações e, podendo o sistema inteiro variar do grave ao agudo, cada som muda de ordem e de lugar dentro do sistema, na medida em que este muda de grau. As propriedades dos corpos, no entanto, não consistem em relações. O amarelo é amarelo independentemente do vermelho ou do azul, sendo em todos os lugares sensível e reconhecível, e, uma vez fixado o ângulo de refração que o determinou, pode-se ter a certeza de sempre obter o mesmo amarelo em todos os tempos.

As cores não estão nos corpos coloridos, mas na luz; para que se veja um objeto é preciso que esteja iluminado. Os sons também têm necessidade de um motor e, para que existam, o corpo sonoro deve ser vibrado. Isso representa uma outra vantagem em favor da vista, pois a emanação perpétua dos astros é o instrumento natural que age sobre ela, enquanto a natureza, por si mesma, poucos sons engendra e, a menos que se admita a harmonia das esferas celestes, seres vivos precisam produzi-la.

Por aí se vê estar a pintura mais próxima da natureza, e a música, da arte humana. Percebe-se também que uma interessa mais do que

a outra, justamente porque aproxima mais o homem do homem e sempre nos dá alguma idéia de nossos semelhantes. A pintura freqüentemente é morta e inanimada; pode transportar-vos ao fundo de um deserto. Desde, porém, que os sinais vocais atinjam vosso ouvido, anunciam um ser semelhante a vós. São, por assim dizer, os órgãos da alma e, embora também possam representar a solidão, dizem que não estais só. Os pássaros trinam, somente o homem canta. E não se pode ouvir canto ou sinfonia sem se dizer imediatamente: "Um outro ser sensível está aqui".

Uma das maiores vantagens do músico consiste em poder pintar as coisas que não se poderiam ouvir, enquanto o pintor não pode representar aquelas que não se podem ver, e o maior prodígio de uma arte, que só age pelo movimento, consiste em poder formar até a imagem do repouso. O sono, a calma da noite, a solidão e o próprio silêncio entram nos quadros da música. Sabe-se que o ruído pode produzir o efeito do silêncio, e este, o efeito daquele, como quando adormecemos em meio a uma leitura igual e monótona e acordamos no momento em que cessa. A música, porém, age mais intimamente sobre nós, excitando, por intermédio de um sentido, sensações semelhantes àquela que se pode excitar por um outro e, como a relação só pode tornar-se sensível quando há impressão forte, a pintura, destituída dessa força, não pode dar à música as imitações que a música dela extrai. A natureza toda pode estar adormecida, mas aquele que a contempla não dorme, consistindo a arte do músico em substituir a imagem insensível do objeto pela dos movimentos que sua presença excita no coração do contemplador. Não somente agitará o mar, animará as chamas de um incêndio, fará os rios correrem, cair a chuva e aumentarem as torrentes, como também pintará o horror de um deserto tremendo, enegrecerá as paredes de uma prisão subterrânea, acalmará a tempestade, tornará o ar tranquilo e sereno, e, da orquestra, lançará uma nova frescura nos bosques. Não representará diretamente tais coisas, mas excitará na alma os mesmos sentimentos que se experimenta vendo-as.

CAPÍTULO XVII

Erro dos Músicos, Prejudicial à sua Arte

VEDE COMO TUDO sempre nos leva aos efeitos morais de que vos falei e como os músicos, que só consideram o poder dos sons segundo a ação do ar e o vibrar das fibras nervosas, estão longe de saber em que consiste a força dessa arte. Quanto mais a aproximam das impressões puramente físicas, tanto mais se distanciam de sua origem, e mais lhe diminuem, também, a primitiva energia. Abandonando o acento oral e atendendo unicamente às instituições harmônicas, a música se torna mais ruidosa ao ouvido e menos agradável ao coração. Deixou já de falar e logo não cantará mais; então, com todos os seus acordes e toda a sua harmonia, não terá mais efeito algum sobre nós.

CAPÍTULO XVIII

DE COMO O SISTEMA MUSICAL DOS GREGOS NÃO POSSUÍA RELAÇÃO ALGUMA COM O NOSSO

Como se de de de caráter das línguas. Sabe-se que nossa harmonia é uma invenção gótica. Zombam de nós aqueles que pretendem encontrar o sistema dos gregos no nosso. Aquele sistema só era harmônico, segundo o sentido que damos à palavra, no respeitante à afinação dos instrumentos por consonâncias perfeitas. Todos os povos que possuem instrumentos de cordas são forçados a afiná-los por meio de consonâncias, mas aqueles que não os têm possuem nos seus cantos inflexões que consideramos desafinadas por não entrarem no nosso sistema e por não podermos grafá-las. Observou-se isso nos cantos dos selvagens da América e isso também deveria ter-se observado em diversos intervalos da música dos gregos, caso se tivesse estudado essa música com menos preconceitos oriundos da nossa.

Os gregos dividiam o seu diagrama em tetracordes, como dividimos o nosso teclado em oitavas, e as mesmas divisões em cada tetracorde para eles se repetiam exatamente como se repetem, para nós, em cada oitava, semelhança que não se poderia conservar na unidade do modo harmônico e que não se teria sequer imaginado. Como, porém, no falar se passa por intervalos menores do que quando se canta, foi natural que observassem a repetição dos tetracordes na sua melodia oral, como obedecemos à repetição das oitavas na nossa melodia harmônica.

Só reconheceram como consonância aquelas que denominamos consonâncias perfeitas, excluindo desse número as terças e as sextas. Por quê? Porque, ignorando o intervalo do tom menor ou pelo menos proscrevendo-o da prática e não sendo as suas consonâncias tempe-

radas, todas as suas terças maiores eram uma coma mais fortes, sendo em outro tanto mais fracas suas terças menores e, conseqüentemente, alterando-se reciprocamente suas sextas maiores e menores na mesma medida. Imagine-se, agora, que noções de harmonia se pode ter e que modos harmônicos se podem estabelecer excluindo do número de consonâncias as terças e as sextas. Se as próprias consonâncias, que admitiam, resultassem de um verdadeiro sentimento de harmonia, têlas-iam pelo menos subentendidas por sob seus cantos, e a consonância tácita das marchas fundamentais emprestaria seu nome às marchas diatônicas que lhes sugerissem. Longe de possuírem menos consonâncias do que nós, tê-las-iam em maior número e, por exemplo, preocupados com o baixo dó-sol, chamariam consonância à segunda dó-ré.

Perguntar-se-á, contudo, por que duas marchas diatônicas. Por causa de um instinto que, numa língua acentuada e cantante, nos leva a escolher as inflexões mais cômodas, pois, entre as modificações demasiado fortes que se precisa dar à glote para entoar continuamente os grandes intervalos das consonâncias e a dificuldade de controlar a entonação nas relações demasiado compostas dos intervalos menores, o órgão escolheu um meio-termo e naturalmente caiu em intervalos menores do que as consonâncias e mais simples do que as comas. Tal não impediu que intervalos menores fossem empregados em gêneros mais patéticos.

CAPÍTULO XIX

COMO DEGENEROU A MÚSICA

À MEDIDA QUE a língua se aperfeiçoou, a melodia, impondo-se a si mesma novas regras, insensivelmente perdeu algo de sua antiga energia e substituiu o cálculo dos intervalos pela delicadeza das inflexões. Foi assim, por exemplo, que aos poucos se aboliu a prática do gênero enarmônico. Quando os teatros se apresentaram mais regularmente, só se cantou de modo prescrito e, à medida que se multiplicavam as regras da imitação, a língua imitativa se enfraquecia.

Tendo o estudo da filosofia e o progresso do raciocínio aperfeiçoado a gramática, excluíram também da língua aquele tom vivo e apaixonado que a princípio a tornara tão cantante. Desde os tempos de Menalípides e de Filóxeno, os sinfonistas, que a princípio eram mantidos por poetas e só executavam sob sua direção e, por assim dizer, sob seu ditado, tornaram-se independentes e dessa libertação é que a Música se lastima tão amargamente numa comédia de Ferécrates, em trecho citado por Plutarco. Assim, a melodia, começando a não permanecer tão intimamente ligada ao discurso, insensivelmente tomou uma existência à parte e a música se tornou mais independente das palavras. Cessaram, então, também, pouco a pouco, esses prodígios que produzira quando não passava de acento e de harmonia da poesia e que lhe dava, sobre as paixões, o império que, depois, a palavra deixou de possuir sobre a razão. E, desde que a Grécia se encheu de sofistas e de filósofos, não conheceu mais nem poetas nem músicos célebres. Cultivando a arte de convencer, perdeu a de comover. O próprio Platão, enciumado de Homero e de Eurípides, difamou um e não pôde imitar o outro.

Logo a servidão juntou sua influência à da filosofia.¹ A Grécia sob grilhões perdeu aquele fogo, que só anima as almas livres, e não encontrou mais, para louvar seus tiranos, o tom com o qual cantara seus heróis. A mistura dos romanos enfraqueceu ainda mais o que restava de harmonia e de acento na linguagem. O latim, língua mais surda e menos musical, fez mal à Música ao adotá-la. O canto empregado na capital pouco a pouco alterou o das províncias. Os teatros de Roma prejudicaram os de Atenas. Quando Nero ganhava prêmios, a Grécia deixara de merecê-los e a mesma melodia, dividida entre duas línguas, conveio menos a uma do que à outra.

Por fim, aconteceu a catástrofe² que destruiu os progressos do espírito humano sem afastar os vícios que eram obra sua. A Europa, inundada de bárbaros e subjugada por ignorantes, perdeu ao mesmo tempo suas ciências, suas artes e o instrumento universal tanto de umas quanto de outras, isto é, a língua harmoniosa e aperfeiçoada. Esses homens grosseiros, engendrados pelo norte, habituaram insensivelmente todos os ouvidos à rudeza de seus órgãos: sua voz, dura e destituída de acentuação, era ruidosa, sem ser sonora. O Imperador Juliano comparava o falar dos gauleses ao coaxar das rãs. Sendo todas as articulações tão ásperas quanto eram nasais e surdas suas vozes, não podiam senão comunicar a seu canto uma espécie de brilho, que consistia em reforçar o som das vogais para esconder a abundância e dureza das consoantes.

Esse canto ruidoso, juntando-se à inflexibilidade do órgão, obrigou esses recém-chegados e os povos subjugados que os imitaram a alongarem todos os sons para fazer-se compreendidos. A articulação penosa e os sons reforçados concorreram também para expulsar da melodia qualquer sentimento de medida e de ritmo. Como a passagem de um som a outro era sempre a mais difícil de pronunciar, não se podia fazer nada de melhor senão deter-se em cada um deles o mais que se podia, ampliá-lo e levá-lo a produzir o maior ruído possível. O canto logo passou a ser somente uma seqüência aborrecida e lenta de sons arrastados e gritados, sem doçura, cadência e graça, e, se alguns sábios afirmavam a necessidade de observar-se no canto latino as longas e as breves, é certo pelo menos que se cantaram os versos

1 Por sob as afirmações estéticas desse trecho, sente-se a repercussão do tema político: a desigual-dade faz degenerar a cultura espiritual e tudo caminha para a franca tirania e o conseqüente aviltamento da criação artística. (N. de L. G. M.)

2 A Idade Média. O preconceito antimedievalista, embora comum no tempo, não deixa de ser curioso em Rousseau, dada sua condenação da decadência artística e moral da antiguidade (cf. Discursos). (N. de L. G. M.) como se fossem prosa e não mais se cuidou de pés, de ritmo ou de nenhuma outra espécie de canto medido.

Despojado de qualquer melodia e formado unicamente pela força e pela dureza dos sons, o canto sugeriu por si mesmo, finalmente, o meio de tornar-se ainda mais sonoro com o auxílio das consonâncias. Várias vozes, incessantemente arrastando em uníssono sons de uma dureza ilimitada, encontraram por acaso alguns acordes que, pelo reforço do ruído, passaram a lhes parecer agradáveis — assim se iniciou a prática do descanto e do contraponto.

Ignoro durante quantos séculos os músicos giraram em torno de questões inúteis suscitadas pelo efeito conhecido de um princípio ignorado. O leitor mais infatigável não suportaria, em Jean de Muris, o palavrório de oito ou dez grandes capítulos para saber se, no intervalo de oitava dividido em duas consonâncias, é a quinta ou a quarta que deverá ficar no grave e, quatrocentos anos depois, ainda encontramos em Bontempi não menos tediosas enumerações de todos os baixos que devem comportar a sexta em lugar da quinta. A harmonia, no entanto, tomou insensivelmente a direção que a análise lhe prescrevia, até que por fim a invenção do modo menor e das dissonâncias introduziu aquele elemento arbitrário de que está cheia e que somente o preconceito nos impede de perceber.¹

Esquecida a melodia e voltando-se inteiramente a atenção do músico para a harmonia, aos poucos tudo se dirigiu para esse novo objeto. Os gêneros, os modos, a escala, tudo, enfim, adquiriu novos aspectos e as sucessões harmônicas passaram a regular o movimento das partes. Tendo o movimento usurpado o nome da melodia, não se pôde com efeito desconhecer nessa nova melodia os traços da mãe e tornando-se assim de modo gradual, puramente harmônico nosso

¹ Ligando toda harmonia a esse princípio muito simples, que é o da ressonância das cordas nas suas alíquotas, o Sr. Rameau funda o modo menor e a dissonância em sua pretensa experiência de uma corda sonora em movimento fazer vibrar outras cordas mais longas na sua décima segunda e na sua décima sétima maior, no grave. Essas cordas, de acordo com ele, vibram e estremecem em todo o seu comprimento, mas não ressoam. Aí está, parece-me, uma física muito estranha, pois é como se se dissesse que o sol alumia e que não se vê nada. Essas cordas mais longas, não produzindo senão o som da mais aguda, por se dividirem, vibrarem e ressoarem em unissono, confundem o som daquela corda com o seu e parecem não produzir nenhum som. O erro reside em ter-se acreditado vê-las vibrar em toda a sua extensão e em ter-se observado mal os nós. Duas cordas sonoras, formando qualquer intervalo harmônico, podem fazer ouvir seu som fundamental no grave, mesmo sem uma terceira corda. Essa é a experiência conhecida e confirmada do Sr. Tartini. Mas uma corda sozinha não possui outro som fundamental a não ser o seu, não faz ressoar ou vibrar seus múltiplos, mas unicamente o seu uníssono e as alíquotas. Como o som não possui outra causa além das vibrações do corpo sonoro e como, onde a causa age livremente, o efeito sempre a segue, diz-se um absurdo quando se fala em separar as vibrações da ressonância. (N. do A.)

sistema musical, não é de admirar que o acento oral com isso tenha sofrido e a música perdido quase toda a sua energia.

Eis como o canto aos poucos se tornou uma arte inteiramente separada da palavra, da qual se origina, como as harmônicas dos sons determinaram o esquecimento das inflexões da voz e como, por fim, limitada ao efeito puramente físico do concurso de vibrações, viu-se a música privada dos efeitos morais, que produzira quando era duplamente a voz da natureza.¹

CAPÍTULO XX

RELAÇÃO ENTRE AS LÍNGUAS E O GOVERNO

AIS PROGRESSOS não são nem fortuitos nem arbitrários; prendem-se às vicissitudes das coisas. As línguas se formam naturalmente baseadas nas necessidades dos homens, mudam e se alteram de acordo com as mudanças dessas mesmas necessidades. Nos tempos antigos, quando a persuasão constituía uma força pública, impunha-se a eloquência. De que serviria hoje, quando a força pública substitui a persuasão? Não se tem necessidade nem de arte nem de figura para dizer: assim o quero. Qual é o discurso, pois, que ainda resta a fazer ao povo reunido? Sermões. E qual o interesse daqueles que os fazem, em persuadir o povo, se não é o povo quem distribui mercês? As línguas populares tornaram-se, também para nós, tão perfeitamente inúteis quanto a eloquência. As sociedades tomaram sua última forma: nela nada mais se muda senão com o canhão e com a moeda, e como nada se tem a dizer ao povo, a não ser: dai dinheiro, diz-se por meio de cartazes nas esquinas ou de soldados nas casas. Para tanto não se precisa reunir ninguém; pelo contrário, convém manter os súditos esparsos — tal a primeira máxima da política moderna.¹

Existem línguas favoráveis à liberdade, são as sonoras, prosódicas, harmoniosas, cujo discurso de bem longe se distingue. As nossas são feitas para o sussurro dos sofás. Nossos pregadores se atormentam, suam nos templos, sem que se saiba nada do que disseram. Depois de se esgotarem gritando durante uma hora, saem quase mortos do púlpito. Certamente não valia a pena cansarem-se tanto.

¹ Assim, o que se poderia tomar como mero problema musicológico particular — a importância relativa da harmonia e da melodia — acaba por integrar-se, lógica e coerentemente, numa concepção geral da evolução moral, qual seja, a integração social do homem sem destruição de sua natureza própria. A passagem adquire notável significação se nos lembrarmos de que, ao cabo de uma análise meramente formal, freqüentemente os críticos consideram assistemático o pensamento de Rousseau. (N. de L. G. M.)

¹ Ou seja: posta a sociedade sob um governo tirânico, desaparece a liberdade — não só a liberdade política propriamente dita, senão as liberdades ligadas mais diretamente à pessoa humana que, pois, se aliena. (N. de L. G. M.)

Entre os antigos, podia-se ser ouvido com facilidade na praça pública; falava-se durante um dia inteiro sem grande incômodo. Os generais arengavam suas tropas, eram ouvidos e de modo algum se esgotavam. Os historiadores modernos, que quiseram inserir arengas nas suas histórias, só despertaram zombaria. Suponha-se um homem arengando, em francês, o povo de Paris na Praça Vendôme; mesmo que grite com toda força, não se distinguirá uma única palavra. Heródoto lia sua história aos povos da Grécia reunidos ao ar livre e tudo ressoava com aplausos. Hoje o acadêmico que, num dia de assembléia pública, lê uma memória, é ouvido com dificuldade no fundo da sala. Os charlatães de feira abundam menos em França do que na Itália, não por serem menos ouvidos aqui, mas somente por serem menos compreendidos. O Sr. d'Alembert crê que se poderia dizer o recitativo francês à italiana: seria preciso, então, dizê-lo ao ouvido, senão nada se entenderia. Afirmo ser uma língua escravizada toda aquela com a qual não se consegue ser ouvido pelo povo reunido. É impossível que um povo permaneça livre e fale uma tal língua.

Terminarei estas reflexões superficiais, mas que podem suscitar outras mais profundas, com o trecho que mas sugeriuts

: [Constituiria matéria para um exame acentuadamente filosófico observar nos fatos e demonstrar pelos exemplos como o caráter, os costumes e os interesses de um povo influenciam sua língua]¹.

ÍNDICE

ROUSSEAU — Vida e Obra	5
Cronologia	23
Bibliografia	25
DO CONTRATO SOCIAL OU PRINCÍPIOS DO	
DIREITO POLÍTICO	
Introdução	31
1. Circunstâncias da composição	31
2. Fontes e influências	35
3. Resenha analítica	37
Livro I	37
Livro II	39
Livro III	41
Livro IV	43
4. Observações sobre o texto	44
•	
LIVRO PRIMEIRO	
CAPÍTULO I — Objeto deste primeiro livro	53
CAPÍTULO II — Das primeiras sociedades	55
CAPÍTULO III — Do direito do mais forte	59
CAPÍTULO IV — Da escravidão	61
CAPÍTULO V — De como é sempre preciso remontar	
a uma convenção anterior	67
CAPÍTULO VI — Do pacto social	69
CAPÍTULO VII — Do soberano	73
CAPÍTULO VIII — Do estado civil	7
CAPÍTULO IX — Do domínio real	79

LIVRO SEGUNDO	LIVRO QUARTO
CAPÍTULO I — A soberania é inalienável 85	CAPÍTULO I — De como a vontade geral e
CAPÍTULO II — A soberania é indivisível	indestrutível
CAPÍTULO III — Se pode errar a vontade geral 91	CAPÍTULO II — Dos sufrágios
CAPÍTULO IV — Dos limites do poder soberano 95	CAPÍTULO III — Das eleições
CAPÍTULO V — Do direito de vida e de morte 101	CAPÍTULO IV — Dos comícios romanos
CAPÍTULO VI — Da lei	CAPÍTULO V — Do tribunato
CAPÍTULO VII — Do legislador 109	CAPÍTULO VI — Da ditadura
CAPÍTULO VIII — Do povo 115	CAPÍTULO VII — Da censura
CAPÍTULO IX — Continuação 119	CAPÍTULO VIII — Da religião civil
CAPÍTULO X — Continuação 123	CAPÍTULO IX — Conclusão
CAPÍTULO XI — Dos vários sistemas de	CITITODO IX
legislação 127	
CAPÍTULO XII — Divisão das leis 131	ENSAIO SOBRE A ORIGEM DAS LÍNGUAS
·	Introdução
	1. Circunstâncias da composição
LIVRO TERCEIRO	2. Fontes e influências
CAPÍTULO I — Do governo geral	3. Resenha analítica
CAPÍTULO II — Do princípio que constitui as várias	A. Origem da linguagem
formas de governo	B. Diferenciação das línguas
CAPÍTULO III — Divisão dos governos 147	
CAPÍTULO IV — Da democracia	C. A questão da música
CAPÍTULO V — Da aristocracia	D. O capítulo final
CAPÍTULO VI — Da monarquia 157	
CAPÍTULO VII — Dos governos mistos	
CAPÍTULO VIII — Que qualquer forma de governo	ENSAIO SOBRE A ORIGEM DAS LÍNGUAS
não convém a qualquer país 165	NO QUAL SE FALA DA MELODIA
CAPÍTULO IX — Indícios de um bom governo 171	E DA IMITAÇÃO MUSICAL
CAPÍTULO X — Dos abusos do governo e de sua	CAPÍTULO I — Dos vários meios de comunicar nossos
tendência a degenerar	pensamentos
CAPÍTULO XI — Da morte do corpo político 177	CAPÍTULO II — De como a primeira invenção das
CAPÍTULO XII — Como se mantém a autoridade	palavras não vem das necessidades, mas das
soberana	paixões
CAPÍTULO XIII — Continuação 181	CAPÍTULO III — De como a primeira linguagem teve
CAPÍTULO XIV — Continuação 183	de ser figurada
CAPÍTULO XV — Dos deputados ou representantes 185	CAPÍTULO IV — Dos caracteres distintivos da primeira
CAPÍTULO XVI — De como a instituição do governo	língua e das mudanças que teve de sofrer 269
não é de modo algum um contrato 191	CAPÍTULO V — Da escrita
CAPÍTULO XVII — Da instituição do governo 193	CAPÍTULO VI — Se é provável que Homero soubesse
CAPÍTULO XVIII — Meio de prevenir as usurpações	escrever
do governo 195	CAPÍTULO VII — Da prosódia moderna 281

OS PENSADORES

CAPÍTULO VIII — Diferenças geral e local na origem	
das línguas	285
CAPÍTULO IX — Formação das línguas meridionais	287
CAPÍTULO X — Formação das línguas do norte	299
CAPÍTULO XI — Reflexões sobre essas diferenças	301
CAPÍTULO XII — Origem e relações da música	303
CAPÍTULO XIII — Da melodia	307
CAPÍTULO XIV — Da harmonia	311
CAPÍTULO XV — De como nossas mais vivas sensações	
frequentemente agem por meio de impressões	
morais	315
CAPÍTULO XVI — Falsa analogia entre as cores	
e os sons	319
CAPÍTULO XVII — Erro dos músicos, prejudicial à	027
sua arte	323
CAPÍTULO XVIII — De como o sistema musical	ں۔ں
dos gregos não possuía relação alguma com	
o nosso	325
CAPÍTULO XIX — Como degenerou a música	
CAPÍTULO XX — Relação entre as línguas e o	341
	331
governo	221